Demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas em 31 de março de 2025 e relatório de revisão





Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE ("Companhia"), em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado condensado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".



Ênfase - Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a notas explicativas 1(c), 9 e 15 às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 303.014 mil no período findo em 31 de março de 2025 (R\$ 187.758 mil no período findo em 31 de março de 2024) e é parte substancial da geração de caixa operacional da Companhia. Dessa forma, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser analisadas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2025.

Price water house Coopers

Auditores Independentes Ltda.

Pricewaterhouse Coopers

CRC 2SP000160/F-5

Marcos Magnusson de Carvalho Contador CRC SP-215373/O

Balanço Patrimonial Em milhares de reais

			Controladora		Consolidado
Ativo	Notas	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	88.394	86.572	116.097	282.081
Títulos e valores mobiliários	6	977.959	691.719	1.885.088	1.983.532
Bancos e aplicações de convênios	7	14.113	17.316	14.113	17.316
Contas a receber	8	74.594	91.092	402.598	508.063
Dividendos e JCP a receber	9	21.259	306.805	2.051	2.051
Tributos a recuperar	10	24.758	22.845	65.531	48.374
Partes relacionadas	13	751	698	-	-
Outros ativos circulantes		1.244	1.095	1.244	1.095
Total do ativo circulante		1.203.072	1.218.142	2.486.722	2.842.512
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	207.919	208.119	655.924	677.756
Contas a receber	8	93.283	89.488	93.283	89.488
Tributos a recuperar	10	12.747	12.748	12.819	12.819
Depósitos judiciais	11	28.242	27.714	29.741	27.714
Estoque de imóveis a comercializar	12	10.649	10.894	10.649	10.894
Instrumentos financeiros patrimoniais	14	158.190	156.412	158.190	156.412
		511.030	505.375	960.606	975.083
Investimentos	15	527.657	317.712	1.777	2.393
Imobilizado	16	360.075	359.794	628.253	628.838
Intangível	17	4.344	4.439	4.702	4.728
		892.076	681.945	634.732	635.959
Total do ativo não circulante		1.403.106	1.187.320	1.595.338	1.611.042
Total do ativo	_	2.606.178	2.405.462	4.082.060	4.453.554

Balanço Patrimonial Em milhares de reais

m milhares de reais (continuação)

	_		Controladora		Consolidado
Passivo	Notas	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Circulante					
Contas a pagar	18	4.358	3.579	164.049	635.286
Tributos a recolher	19	2.587	7.888	7.646	8.816
Salários e encargos sociais	21	23.713	21.192	23.713	21.192
Adiantamento de convênios	22	14.113	17.316	14.113	17.316
Adiantamentos e cauções recebidas	23	1.327	1.665	1.327	1.665
Dividendos a pagar	20	246.792	215.791	267.732	510.563
Outras contas a pagar	_	2.639	10.898	3.033	10.898
Total do passivo circulante	_	295.529	278.329	481.613	1.205.736
Não circulante					
Tributos a recolher	19	12.150	11.691	12.150	11.691
Adiantamentos e cauções recebidas	23	-	-	762.939	795.947
Provisão para contingências	24	10.553	10.398	56.913	56.682
Partes relacionadas	13	24.757	24.757		
Total do passivo não circulante	_	47.460	46.846	832.002	864.320
Total passivo		342.989	325.175	1.313.615	2.070.056
Patrimônio líquido	25				
Capital social		546.845	546.845	546.845	546.845
Reserva de capital		580.943	580.943	580.943	580.943
Ajustes de avaliação patrimonial		21.852	21.127	21.852	21.127
Reservas de lucro		931.372	931.372	931.372	931.372
Lucro acumulado		182.177	-	182.177	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	_	2.263.189	2.080.287	2.263.189	2.080.287
Participação dos não controladores				505.256	303.211
Total do patrimônio líquido	_	2.263.189	2.080.287	2.768.445	2.383.498
Total do passivo e patrimônio líquido		2.606.178	2.405.462	4.082.060	4.453.554

Demonstração do resultado Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

			Controladora		Consolidado
	Notas	2025	2024	2025	2024
Receita líquida Custo dos imóveis vendidos ou doados	26	11.362 (289)	6.538 (13)	436.711 (289)	348.782 (13)
Lucro bruto		11.073	6.525	436.422	348.769
Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Projetos e parcerias Gastos com desenvolvimento Resultado com participações societárias Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27 28 29 15 30	(60.348) (59) (3.012) 228.353 (818)	(40.764) (1.167) - 192.565 3.444 154.078	(65.207) (59) (18.306) (875) (796)	(45.652) (1.167) - 1.666 3.444 (41.709)
Lucro antes do resultado financeiro		175.189	160.603	351.179	307.060
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	31 31	38.922 (934) 37.988	27.348 (848) 26.500	87.421 (2.232) 85.189	70.369 (2.167) 68.202
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social	32	213.177	187.103 -	436.368 (3.590)	375.262 (6.289)
Lucro líquido do período		213.177	187.103	432.778	368.973
Atribuível à: Acionistas da Companhia Participação dos não controladores			-	213.177 219.601 432.778	187.103 181.870 368.973
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia no período (expressos em R\$ por ação) Lucro básico e diluído por ação	33		=	1.038,77	911,72

Demonstração do resultado abrangente Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais

			Controladora	Consolidado			
	Notas	2025	2024	2025	2024		
Lucro líquido do período		213.177	187.103	432.778	368.973		
Ganho / (Perda) de valor justo de investimentos avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	14	1.330	(468)	1.330	(468)		
Tributos diferidos sobre os ganhos e perdas de valor justo Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	15	(458) (147)	147 505	(458) (147)	147 505		
		725	184	725	184		
Total do resultado abrangente do período		213.902	187.287	433.503	369.157		
Atribuível à: Acionistas da Companhia Participação dos não controladores				213.902 219.601	187.287 181.870		
				433.503	369.157		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de três meses findo em 31 de março

Em milhares de reais

				Rese	erva de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	574.396	580.943	14.082	62.996	672.705		1.905.122	317.852	2.222.974
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	187.103	187.103	181.870	368.973
Outros resultados abrangentes Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas		<u> </u>	184				184		184
Total do resultado abrangente do período			184			187.103	187.287	181.870	369.157
Outras mutações no patrimônio líquido Constituição de dividendos (nota 25(e)) Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 25(e))	<u>-</u>	<u>-</u>				(7.000)	(7.000)	(120.846) (4.410)	(120.846) (11.410)
Em 31 de março de 2024	574.396	580.943	14.266	62.996	672.705	180.103	2.085.409	374.466	2.459.875
Em 31 de dezembro de 2024	546.845	580.943	21.127	62.996	868.376		2.080.287	303.211	2.383.498
Lucro líquido do período Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	213.177	213.177	219.601	432.778
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e instrumentos patrimoniais			725				725		725
Total do resultado abrangente do período			725			213.177	213.902	219.601	433.503
Outras mutações no patrimônio líquido Constituição de dividendos (nota 25(e)) Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 25(e))	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		(31.000)	(31.000)	(12.410) (5.146)	(12.410) (36.146)
Em 31 de março de 2025	546.845	580.943	21.852	62.996	868.376	182.177	2.263.189	505.256	2.768.445

Demonstração dos fluxos de caixa Período de três meses findo em 31 de março

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	213.177	187.103	432.778	368.973
Ajuste de:	210.177	107.100	402.110	000.010
Depreciação e amortização	1.436	1.398	2.304	2.142
Adequação ao valor recuperável de ativos	914	600	914	600
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	18.590	144	18.590	144
Receitas financeiras	(36.877)	(18.077)	(82.935)	(56.010)
Despesas financeiras	405	387	1.630	1.701
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	114	-	114	-
Resultado com participações societárias	(228.353)	(192.565)	875	(1.666)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(221)	(121)	(1.039)	(995)
Ajustes de ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) / redução títulos e valores mobiliários para negociação imediata	(258.365)	(303.795)	76.218	43.585
(Aumento) / redução no contas a receber	(5.887)	39.853	83.080	18.288
(Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar	(36)	4.262	(7.749)	(179)
Redução de estoque de imóveis	289	629	289	629
Aumento de depósitos judiciais	(303)	(14)	(1.773)	(14)
(Aumento) / redução de ativos líquidos com partes relacionadas	(53)	78	-	-
Aumento de outros ativos	(149)	(294)	(149)	(294)
Aumento / (redução) no contas a pagar	779	(760)	(471.237)	(473.597)
Redução dos tributos a recolher	(5.300)	(6.634)	(1.169)	(3.388)
Aumento de salários e encargos sociais	2.521	2.533	2.521	2.533
(Redução) / aumento de adiantamentos de clientes	(367)	30	(33.375)	(27.715)
(Redução) / aumento de outras contas a pagar	(8.259)	319	(8.260)	319
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	303.014	187.758	<u> </u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado) / originado nas atividades operacionais	(2.941)	(97.166)	11.627	(124.944)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em títulos e valores mobiliários	-	(30.000)	(52.225)	(112.099)
Resgate de títulos e valores mobiliários	6.958	572	168.196	463.125
Aquisição de imobilizado	(1.736)	(2.783)	(1.736)	(2.783)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(11)	(9)	(11)	(9)
Aporte em fundos de investimento	(448)	(668)	(448)	(668)
Amortização de cotas em fundos de investimento	- -	41.481		41.481
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de investimento	4.763	8.593	113.776	389.047
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	(1.715)	(4.410)
Dividendos distribuídos	<u> </u>	<u> </u>	(289.672)	(176.646)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u> </u>	(291.387)	(181.056)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	1.822	(88.573)	(165.984)	83.047
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	86.572	403.449	282.081	583.517
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	88.394	314.876	116.097	666.564
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	1.822	(88.573)	(165.984)	83.047

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE ("Companhia" ou "Codemge") é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais ("Estado" ou "Estado de Minas"), resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG ("Codemig"). A Codemge atualmente possui o controle acionário da Codemig com participação de 51%.

O Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê "Participação dos não controladores", entenda que se refere a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

A partir desse interesse, com fins de obter um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para "*Initial Public Offer*"), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial ("Cisão"), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Codemig.

Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (c)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir lucros através de dividendos intercalares mensais. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig foram questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas ("MPC") junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ("TCE-MG"). O Estado de Minas Gerais também foi acionado, pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais ("MPMG"), de forma que a condução dos casos foi realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE-MG"). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2023, no âmbito do TCE-MG, foi emitido parecer do MPC no sentido de que a representação deve ser extinta, sem resolução de mérito em razão da perda do seu objeto. Em outubro de 2024, no âmbito do TCE-MG, foi julgada a extinção de um dos processos, sem resolução de mérito, e em agosto de 2025 a extinção do último procedimento sobre o tema. Não há outros questionamentos em aberto relacionados à cisão da Codemig.

(b) Objeto social

A Codemge tem por objeto social: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada a atuar de forma a: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei nº 13.303/2016, da Lei Estadual nº 14.892/2003 e da Lei Estadual nº 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, servico ou empreendimento; incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus servicos e equipamentos; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, como petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente, no País ou no exterior; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação de empresas, bem como contratar estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação social e ambiental; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover 8 de 65

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional; (xviii) conceber e executar modelagem de projetos de concessão e privatização.

Embora a Codemig mantenha o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais em seu objeto social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Codemig.

(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP") com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração ("CBMM") que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um "sócio ostensivo", no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os "sócios participantes" integrantes, que não o "sócio ostensivo", não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante o sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

A Codemig, como "sócio participante", reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido na Escritura Pública de constituição da Sociedade em Conta de Participação ("Escritura Pública"), após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recursos do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 18.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP, decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2025 foram devolvidos à CBMM R\$598.906 para 9 de 65

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quitação do IR/CS da SCP de 2024 (R\$619.728 em janeiro 2024 referente ao IR/CS de 2023), consequentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual a Codemig e a CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

(d) Política Estadual de Desestatização - PED

Foi publicado, no dia 27 de novembro de 2019, pelo Governo de Minas Gerais o Decreto nº 47.766, que institui a Política Estadual de Desestatização (PED). O objetivo principal é concentrar a atuação do Estado em atividades de relevante interesse coletivo, buscando a restruturação do setor público e o equilíbrio fiscal, transferindo atividades antes controladas direta ou indiretamente pelo Estado para a iniciativa privada.

O decreto estabelece como objeto de desestatização, além de outros, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, como é o caso da Codemge e da Codemig. Cita também as modalidades de desestatização, sendo elas: privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação.

De acordo com o decreto, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado, incluídas na PED, terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização. Desse modo, o Grupo empenha-se em organizar as operações da Codemge e Codemig em atendimento ao PED.

O reposicionamento estratégico da Companhia, com intuito de reavaliação da sua carteira de ativos, foi questionado administrativamente pelo Ministério Público de Contas ("MPC"), junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ("TCE-MG"). Em setembro de 2023, foi proferida nova decisão pelo TCE-MG determinando abstenção de atos visando a continuidade deste Programa de Gestão de Portfólio. Contra a referida decisão houve interposição de recurso pela Companhia e nos períodos seguintes, houve concessão de efeito suspensivo em relação a alguns ativos. Como o Estado de Minas Gerais ("EMG") também foi acionado administrativamente, a condução dos casos foi realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE-MG"). O referido processo de representação foi julgado em fevereiro de 2025 pelo TCE-MG, cujo acórdão foi publicado em março de 2025 e a decisão foi acatada com adoção das providências de cancelamento do Programa de Gestão de Portfólio e apresentação de Plano de Desinvestimentos para acompanhamento.

O mesmo tema foi objeto de investigação em outro processo administrativo junto ao Ministério Público Estadual ("MPMG") no qual, em julho de 2024, foi assinado Termo de Acordo de Mediação entre partes, firmado no COMPOR do MPMG, e homologado judicialmente em outubro de 2024, nos termos da legislação aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais

Em 7 de agosto de 2023 foi instituído o Decreto nº48.670, no qual dispõe sobre a Política de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais ("PPPMG"). Com ele, torna-se permitido que os órgãos e as entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo autorizem a Codemge a estruturar e modelar projetos de concessões e parcerias público-privadas qualificados pelo Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas à PPPMG, sob a supervisão da SEINFRA.

A Codemge, quando atuar na estruturação e modelagem da PPPMG, poderá ser ressarcida pelos dispêndios devidamente comprovados com a contratação de terceiros para fornecimento de produtos ou serviços utilizados na elaboração de projetos de concessões e parcerias público-privadas, mediante pagamento a ser realizado pelo vencedor da licitação.

A Companhia passa a atuar em parceria ao Estado de Minas Gerais prestando apoio técnico na análise de viabilidade dos projetos, elaboração de chamamentos públicos, avaliação de propostas e estudos, passando pela modelagem econômico-financeira, técnica e regulatória, até a promoção junto a investidores. A Codemge já atuava na área, por meio do acordo de cooperação técnica com a SEINFRA e teve seu papel ampliado por meio do novo dispositivo.

Para maiores detalhes de desembolsos da Codemge em projetos de concessões e parcerias públicoprivadas para o Estado de Minas Gerais vide notas 22 e 28.

(f) Municipalização de Rodovias

Em 11 de dezembro de 2023 foi aprovada a Lei Estadual 24.601 autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) a transferir, a título de descentralização da sua malha rodoviária, para os municípios mineiros, trechos de rodovia com caráter urbanos ou em área de expansão urbana.

Na referida lei foi previsto o pagamento compensatório de R\$700 por quilômetro de rodovia objeto de transferência de domínio podendo o pagamento ser realizado pela Codemge e suas subsidiárias. Em virtude da transferência, as despesas com manutenção, recuperação, conservação, restauração, melhoria e pavimentação das rodovias passam a ser de responsabilidade do município adquirente.

Para o cumprimento de tal compensação financeira pelo Grupo, em março de 2024 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o DER-MG. O repasse é requerido quando da assinatura dos Termos de Transferência em que o Grupo irá figurar como interveniente financeiro responsável pelo repasse total ou parcial da compensação. Para detalhes sobre valores repassados no período, vide nota 29.

(g) Federalização da Codemig e Codemge

Em julho de 2024, houve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais ("ALMG"), a proposição de emenda constitucional, PEC nº 41/2024, que acrescenta dois parágrafos ao art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado ("ADCT"), com o objetivo de permitir a transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado da Codemig. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça ainda em julho de 2024 e no momento estão aguardando o parecer da comissão especial.

Em julho de 2025 foi sancionada pelo Governador do Estado de Minas Gerais a Lei Estadual nº 25.368, resultante da promulgação do Projeto de Lei 3.734/2025 que autoriza o Poder Executivo "a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de 11 de 65

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, na totalidade ou em parte, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025" condicionada à adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados ("Propag"), inteligência do artigo 1º e seu §1º.

Em julho de 2025 também foi sancionada pelo Governador do Estado de Minas Gerais a Lei Estadual nº 25.369, resultante da promulgação do Projeto de Lei 3.735/2025 que autoriza o Poder Executivo "a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge –, na totalidade ou em parte, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025" condicionada à adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados ("Propag"), inteligência do artigo 1º e seu §1º.

A Companhia atualmente realiza estudos internos, a fim de permitir a adequada avaliação da Codemig e de determinados ativos da Codemge no cenário de uma federalização, com intuito de viabilizar as negociações entre o ente federal e o Estado com vistas à redução da dívida de Minas e ao equilíbrio das contas públicas.

(h) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela Administração do Grupo em 24 de setembro de 2025.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações intermediárias estão apresentadas nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 15 de abril de 2025 e divulgadas em 24 de abril de 2025. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias estão divulgadas nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, datada de 15 de abril de 2025.

Considerando que não houve alterações relevantes em relação à composição, a natureza e às políticas contábeis dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as notas explicativas a seguir estão apresentadas de forma condensada no período de três meses findo em 31 de março de 2025.

- 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
- 2.5 Classificação corrente versus não corrente

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 2.6 Resumo das políticas contábeis materiais
- 2.7 Estimativas e premissas contábeis críticas
- 2.8 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente e estão consistentes com o período comparativo apresentado.

2.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida:
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Grupo incluem apenas a Codemig, conforme apresentado abaixo:

			% participação
Investidas	Principal atividade	31/03/2025	31/12/2024
Controladas Companhia de Desenvolvimento Econômico			
de MG - CODEMIG	Invest. na SCP com CBMM	51	51

2.2 Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, em que o investimento inicial é reconhecido ao custo e ajustado ao longo do tempo, para fins de mensuração das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Resultado com participações societárias", na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Quadro resumo das controladas e coligadas e participações

Nos períodos apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas (nota 15)				participação
		Principal atividade	31/03/2025	31/12/2024
Controladas Companhia de Desenvolvimento Econômico de CODEMIG	MG -	Invest.na SCP com CBMM	51	51
Coligadas SPE - Palácio das Mangabeiras Companhia de Mineração Pirocloro de Araxá - C BiotechTown	OMIPA	Realização eventos culturais Mineração de nióbio Biotecnologia	50 51 49	50 51 49
			%	participação
Instrumentos financeiros patrimoniais (nota 14)	Principa	ıl atividade	31/03/2025	31/12/2024
FIP Aerotec FIP Seed4Science	Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas Capital semente em biotecnologia,		91	91
	materiais	ologia, internet das coisas e avançados	8	8
FIP Biotec e ciências da vida	Biotecnol	ogia e ciências da vida	53	53

% narticinação

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requer considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica seus recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito a seguir, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento:

A tabela a seguir alialisa os passivos	manceiros do	Grupo por la	ixas de vencim		Controladora
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2025					
Contas a pagar	4.358	-	-	-	4.358
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	24.757	-	24.757
Adiantamento de convênios	14.113	-	-	-	14.113
Adiantamentos e cauções recebidos	1.327	-	-	-	1.327
Dividendos a pagar	246.792	-	-	-	246.792
Outras contas a pagar	2.639	-	-	-	2.639
Em 31 de dezembro de 2024					
Contas a pagar	3.579	-	-	_	3.579
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	24.757	_	24.757
Adiantamento de convênios	17.316	-	-	_	17.316
Adiantamentos e cauções recebidos	1.665	-	-	-	1.665
Dividendos a pagar	215.791	-	-	-	215.791
Outras contas a pagar	10.898	-	-	-	10.898
					Consolidado
		_			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2025					
Contas a pagar	164.049	-	-	-	164.049
Adiantamento de convênios	14.113	-	-	-	14.113
Adiantamentos e cauções recebidos	1.327	-	560.696	202.243	764.266
Dividendos a pagar	267.732	-	-	-	267.732
Outras contas a pagar	3.033	-	-	-	3.033
Em 31 de dezembro de 2024					
Contas a pagar	635.286	-	-	-	635.286
Adiantamento de convênios	17.316	-	-	-	17.316
Adiantamentos e cauções recebidos	1.665	-	552.964	242.983	797.612
Dividendos a pagar	510.563	-	-	-	510.563
Outras contas a pagar	10.898	-	-	-	10.898

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação.

O Grupo possui aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP (5,1% da carteira), realizado inicialmente por meio da Corretora Órama e migrado para a nova conta no BTG Pactual (Corretora Necton Investimentos), destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Os principais segmentos de atuação são indústria, comércio e serviços. O valor alocado a esse fundo é de R\$134.324 em 31 de março de 2025 (R\$129.831 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, a Administração entende que os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que as aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, com base no julgamento da Administração e na classificação de agências de risco, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

Em relação às debêntures do Biotechtown, o Grupo monitora o desempenho financeiro e operacional da investida e, até 31 de março de 2025, foram realizadas provisões para perdas de crédito no valor de R\$26.043 (R\$25.085 em 31 de dezembro de 2024), totalizando 100% do saldo ainda em aberto.

(c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do período. A taxa básica de juros, em 31 de março de 2025, era de 14,25% ao ano. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de março de 2025, de 5,48% ao ano.

O Grupo fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

_						Controladora
_	Saldo contábil	Nocional	% dos indi	iderada do cadores da teira atual	Taxa / cotação atual	Taxa/ cotação esperada
Ativo						
Indexador CDI						
Aplicações financeiras	146.949	146.949		111%	14,25%	14,81%
Letras financeiras	83.440	83.440		125%	14,25%	14,81%
Indexador IPCA						
Debêntures	2.094	2.094		181%	5,48%	4,90%
	_					Controladora Cenários
	_	Provável	+25%	+50%	-25%_	-50%
CDI	_					
Aplicações financeiras		24.228	30.285	36.342	18.171	12.114
Letras financeiras IPCA		15.495	19.369	23.243	11.621	7.748
Debêntures		186	233	279	140	93

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_						Consolidado
	Saldo contábil	Nocional	Média pon % dos indic car		Taxa / cotação atual	Taxa/ cotação esperada
Ativo						
Indexador CDI						
Aplicações financeiras	234.786	234.786		111%	14,25%	14,81%
Letras financeiras	426.086	426.086		124%	14,25%	14,81%
Indexador IPCA						
Letras financeiras	82.937	82.937		242%	5,48%	4,90%
Debêntures	2.094	2.094		183%	5,48%	4,90%
						Consolidado
	_					Consonaudo
	_					Cenários
		Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI				<u> </u>		
Aplicações financeiras		38.724	48.405	58.086	29.043	19.362
Letras financeiras IPCA		78.342	97.928	117.513	58.757	39.171
Letras financeiras		9.844	12.305	14.766	7.383	4.922
Debêntures		187	234	281	140	94

(d) Risco cambial

O Grupo não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposto ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria;
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, conforme quadro abaixo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	922.638	637.902	1.587.369	1.620.594
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
FIP Aerotec	91.752	90.076	91.752	90.076
FIP Seed4Science	2.154	2.173	2.154	2.173
FIP Biotec	64.284	64.163	64.284	64.163
Total do ativo	1.080.828	794.314	1.745.559	1.777.006

• informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

		Controladora		Consolidado
Ativos	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Custo amortizado				
Equivalentes de caixa	85.804	83.903	113.320	279.233
Títulos e valores mobiliários	263.240	261.936	953.643	1.040.694
Aplicações de convênios	14.113	17.316	14.113	17.316
Contas a receber	167.877	180.580	495.881	597.551
Contas a receber com partes relacionadas	751	698	-	-
Dividendos e JCP a receber	21.259	306.805	2.051	2.051
	553.044	851.238	1.579.008	1.936.845
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	922.638	637.902	1.587.369	1.620.594
	922.638	637.902	1.587.369	1.620.594
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
FIP Aerotec	91.752	90.076	91.752	90.076
FIP Seed4Science	2.154	2.173	2.154	2.173
FIP Biotec	64.284	64.163	64.284	64.163
	158.190	156.412	158.190	156.412
Total de instrumentos financeiros ativos	1.633.872	1.645.552	3.324.567	3.713.851
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar	4.358	3.579	164.049	635.286
Contas a pagar com partes relacionadas	24.757	24.757	-	-
Adiantamento de convênios	14.113	17.316	14.113	17.316
Adiantamentos e cauções recebidas	1.327	1.665	764.266	797.612
Dividendos a pagar	246.792	215.791	267.732	510.563
Total de instrumentos financeiros passivos	291.347	263.108	1.210.160	1.960.777
19 de 65				

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Caixa e bancos (conta movimento) Certificados de depósitos bancários – CDB	2.590 85.804	2.669 83.903	2.777 113.320	2.848 279.233	
	88.394	86.572	116.097	282.081	

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, sendo considerados, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos tiveram taxa de remuneração média de 105,50% e 112,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, para os 12 meses findos em 31 de março de 2025 (106,58% e 108,49% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

6 Títulos e valores mobiliários

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Aplicações financeiras em CDB (i) Fundos de investimento (ii)	127.476 922.638	129.979 637.902	242.317 1.587.369	226.734 1.620.594	
Letras financeiras (iii) Debêntures (iv)	133.670 2.094	129.345 2.612	709.232	808.007	
Debentures (IV)	1.185.878			<u>5.953</u> 2.661.288	
	1.105.0/0	899.838	2.541.012		
Circulante Não circulante	977.959 207.919	691.719 208.119	1.885.088 655.924	1.983.532 677.756	
	1.185.878	899.838	2.541.012	2.661.288	

(i) Aplicações financeiras do Grupo em CDB com carência acima de três meses. A gestão de caixa do Grupo busca compatibilizar a necessidade de liquidez da Companhia e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

Intervalo	de	remuneração -
00	ne	olidado

•	consolidado				Saldos	aplicados em
			Controladora			Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CDI Pré-fixado	105% a 121% 12,10% a 13% a.a.	104% a 121% 12,85% a 13% a.a.	61.145 66.331	65.456 64.523	121.466 120.851	109.255 117.479
			127.476	129.979	242.317	226.734

(ii) Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria, sendo que 92% dos recursos consolidados aplicados em fundos que possuem liquidez diária, ou resgate em D+1, D+7 e D+31, de baixo risco, estando indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos foi de 105,32% e 106,44% do CDI em 31 de março de 2025, individual e consolidado, respectivamente, e para os fundos presentes na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2024 a rentabilidade foi de 107,54% e 108,15% do CDI, individual e consolidado, respectivamente. Os outros 8% dos recursos consolidados aplicados em fundos, correspondente a R\$134.324, estão aplicados no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto.

(iii) As letras financeiras aplicadas pelo Grupo são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração - consolidado				Saldos	s aplicados em
				Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CDI	109% a 145%	109% a 145% CDI+1,00% a	51.856	49.930	298.678	410.077
CDI +	CDI+1,00% a CDI+2,20%a.a.	CDI+1,00% a CDI+2,20%a.a.	31.584	30.534	127.408	123.335
Pré- fixado	7,25% a 16,21%a.a.	6,54% a 7,92%a.a.	50.230	48.881	200.209	194.408
IPCA	IPCA+7,25% a 8,72%a.a.	IPCA+7,25% a 7,30%a.a.			82.937	80.187
			133.670	129.345	709.232	808.007

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

		Controladora		Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024		
CEMIG COPASA	2.094	2.612	- 2.094	3.341 2.612		
	2.094	2.612	2.094	5.953		

As aplicações em debêntures visam diversificação, por meio de valores mobiliários emitidos por empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais. A Codemge possui dois tipos de debêntures da Copasa. As CSMGA2 pagam juros semestralmente, sempre em janeiro e julho, com vencimento em janeiro de 2026. As CSMGB4 pagam juros semestralmente, sempre em junho e dezembro, com vencimento em junho de 2026. Já na Codemig, as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros anualmente, sempre em fevereiro, com vencimento em fevereiro de 2025, conforme critérios da política de aplicações do Grupo, não havendo saldo em 31 de março de 2025. A remuneração por emissor está demonstrada a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		remuneração - lidado	Saldos aj		aplicados em			
		Cont		Controladora		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024		
CEMIG IPCA COPASA	-	IPCA+3,1% a.a.	-	-	-	3.341		
IPCA	IPCA+4,08% a IPCA+5,05% a.a.	IPCA+4,08% a IPCA+5,05% a.a.	2.094	2.612	2.094	2.612		
			2.094	2.612	2.094	5.953		

As debêntures do BiotechTown, remuneradas à 100% do CDI e com vencimento em 20 anos, foram adquiridas com a estratégia de capitalização junto à investida. Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, no valor de R\$3.377 (vide nota 15). Em março de 2025, provisão para perdas de créditos esperada relativa a essas debêntures alcançaram a quantia de R\$26.043. Abaixo destacamos a movimentação dos saldos:

		Controladora	Consolidad		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Total aplicado Rendimentos Perda equivalência Perda impairment	19.065 10.355 (3.377) (26.043)	19.065 9.397 (3.377) (25.085)	19.065 10.355 (3.377) (26.043)	19.065 9.397 (3.377) (25.085)	
	<u></u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>-</u>	

7 Bancos e aplicações de convênios

,		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Aplicação - Convênio Fhemig e Funed	14.113	17.316	14.113	17.316	
	14.113	17.316	14.113	17.316	

Em dezembro de 2023, foi recebido o valor de R\$20.000 referente ao convênio firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia. Devido ao contrato firmado, o saldo possui utilização restrita ao objeto do Convênio (para mais informações, vide notas 13 e 22). Os recursos estão alocados em poupança com rentabilidade de TR+0,5% a.m. em caso de SELIC superior a 8,5% a.a., caso contrário, a rentabilidade é de TR+70% da SELIC.

8 Contas a receber

O saldo de contas a receber do Grupo corresponde a: a) parceria da Codemig com a CBMM no negócio de nióbio; b) valores a receber decorrentes de arrendamentos; c) venda de imóveis no curso normal das atividades; e d) da venda de participações em empresas. Os saldos estão apresentados pelos valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u> Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (i)	-	-	327.417	416.760
Outros contas a receber: Arrendamentos e recebíveis operacionais (ii) Contas a receber por venda de imóveis (iii) Contas a receber por venda de investimentos (iv) (-) Ajuste ao valor presente (iv) Demais contas	87.136 21.053 110.424 (7.175) 214	83.712 18.896 110.424 (7.766) 535	90.615 21.053 110.424 (7.175) 214	86.815 18.896 110.424 (7.766) 535
	211.652	205.801	542.548	625.664
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(43.775)	(25.221)	(46.667)	(28.113)
	167.877	180.580	495.881	597.551
Circulante Não circulante	74.594 93.283	91.092 89.488	402.598 93.283	508.063 89.488
	167.877	180.580	495.881	597.551
A composição destes saldos por vencimen	ito é como segu	ie: Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
A vencer 2025 2026 2027 2028 2029 Após 2029	32.372 24.435 24.009 23.283 22.466 249	84.974 24.322 22.927 22.091 20.130 18	360.376 24.435 24.009 23.283 22.466 249	501.945 24.322 22.927 22.091 20.130 18
	126.814	174.462	454.818	591.433
Vencidos: Em até 30 dias Entre 30 e 60 dias Entre 60 e 90 dias Entre 90 e 180 dias Há mais de 180 dias	2.010 1.994 52.251 5.587 22.996	1.913 1.913 1.953 5.790 19.770	2.010 1.994 52.251 5.587 25.888	1.913 1.913 1.953 5.790 22.662
	84.838	31.339	87.730	34.231
	211.652	205.801	542.548	625.664

⁽i) Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial do que está a vencer está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda.

⁽ii) Em dezembro de 2024 foi realizado o faturamento do royalty mínimo anual, pela arrendatária do direito minerário Mosaic Fertilizantes P&K LTDA, referente ao arrendamento da mina de fosfato em Araxá/MG, no montante de R\$50.400. A Companhia negocia com a arrendatária para a quitação do

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

débito. Neste ano, houve também os faturamentos do Expominas BH e do Minascentro, perfazendo um montante a receber no valor de R\$25.347. Sobre o Expominas BH, a Companhia busca o recebimento dos valores devidos pela concessionária em processo contencioso.

- (iii) Em 2024 houve a venda de um terreno localizado em no município de Curvelo para o Consórcio Terreno Curvelo no valor de R\$8.247, parcelado em 24 (vinte e quatro) parcelas. No primeiro trimestre de 2025, houve também a venda de um terreno constituído no Distrito Industrial de Uberaba para a empresa Alpen S.A. no valor de R\$10.817 parcelado em 61 (sessenta e uma) parcelas.
- (iv) Em agosto de 2024, houve a alienação da participação da Companhia na empresa Datora Participações e Serviços S.A., pelo valor total de R\$157.748. Deste valor, foram recebidos 30% à vista, correspondente ao valor de R\$47.325, e os 70% restantes, correspondente ao valor de R\$110.424, será recebido em cinco parcelas sucessivas, iguais e anuais, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 3% ao ano, sendo a primeira parcela com vencimento em 12 de agosto de 2025. O valor a receber foi reduzido por ajuste a valor presente. Para maiores informações vide nota 15.

A movimentação do saldo de perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	
Saldo inicial Constituição Baixa por perda definitiva Reversão por recebimento do título	(25.221) (18.833) 243 36	(12.113) (144) - 285	(28.113) (18.833) 243 36	(15.005) (144) - 285	
Saldo final	(43.775)	(11.972)	(46.667)	(14.864)	

No quarto trimestre de 2024, foi reconhecido o valor de R\$ 14.059 como perda com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), relacionado aos valores a receber em atraso de contratos de arrendamento. No primeiro trimestre de 2025, foram reconhecidas como PECLD, a quantia de R\$15.845, referente aos valores em atraso relacionados a contratos de arrendamento. Além disso, foram reconhecidos R\$ 2.866 de acordo com a matriz de provisão para análise prospectiva dos créditos de liquidação duvidosa, conforme previsto no CPC 48 Instrumentos Financeiros.

Na Codemig, os títulos constituídos como perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são referentes principalmente ao reembolso de despesas referentes ao período de setembro de 2020 a dezembro de 2021. Estes mesmos títulos atualmente se encontram em processo de cobrança judicial.

9 Dividendos e JCP a receber

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Dividendos a receber Codemig Dividendos a receber Comipa Juros sobre capital próprio Codemig	18.224 - 3.035	306.805	2.051	2.051	
	21.259	306.805	2.051	2.051	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia recebeu de sua controlada, a Codemig, o montante de R\$303.014 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio (R\$187.758 no período findo em 31 de março de 2024).

10 Tributos a recuperar

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Imposto de renda Contribuição social Outros impostos e contribuições a recuperar	37.503 1 1	35.589 1 3	75.609 2.669 72	59.451 1.667 	
	37.505	35.593	78.350	61.193	
Circulante Não circulante	24.758 12.747	22.845 12.748	65.531 12.819	48.374 12.819	
	37.505	35.593	78.350	61.193	

O saldo corresponde principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras do Grupo. Pelo fato de o Grupo apresentar prejuízos fiscais recorrentes, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

A segregação dos tributos a recuperar é realizada considerando a expectativa de utilização e/ou restituição. Os tributos que serão recuperados em períodos superiores a 12 meses são classificados a longo prazo.

Caso as empresas do Grupo identifiquem créditos tributários em montante superior àqueles que porventura possam ser compensados, são realizados pedidos de restituição junto aos órgãos competentes.

11 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa, bem como para garantir a liquidação de obrigações futuras inerentes a outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados a medida em que os processos judiciais transitam em julgado ou quando acordos são homologados judicialmente.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa Demais depósitos	16.044 12.198	15.741 11.973	16.044 13.697	15.741 11.973	
	28.242	27.714	29.741	27.714	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o período findo em 31 de março de 2025:

	-			Controladora
	31/12/2024	Adições	Atualização monetária	31/03/2025
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa Demais depósitos	15.741 11.973	<u>-</u>	303 225	16.044 12.198
	27.714		528	28.242
				Consolidado
	31/12/2024	Adições	Atualização monetária	31/03/2025
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa Demais depósitos	15.741 11.973	1.470	303 254	16.044 13.697
	27.714	1.470	557	29.741

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o período findo em 31 de março de 2024:

			Controladora e consolidado		
	31/12/2023	Adições	Atualização monetária	31/03/2024	
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa Demais depósitos	25.864 11.114	13	424 187	26.288 11.314	
	36.978	13	611	37.602	

12 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo na consecução de seu objetivo social e, consequentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

r · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Controladora e consolidado			
	31/03/2025	31/12/2024		
Distritos industriais Ribeirão das Neves Sete Lagoas	3.996 7.212 1.713	4.285 7.212 1.713		
Dete Engous	12.921	13.210		
Perda por redução ao valor recuperável	(2.272)	(2.316)		
	10.649	10.894		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de perda por redução ao valor recuperável considera a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização dos estoques, registra-se uma perda no valor contábil do ativo. Somente há reversão da perda registrada quando realizada a alienação do ativo e seja verificado algum ganho.

13 Partes relacionadas

Os saldos e as transações do Grupo e da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

							(Controladora
		ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Grupo econômico		<u> </u>		<u> </u>				
EPAMIG								
Patrocínio	-	-	-	-	-	-	(8)	-
FHEMIG e FUNED								
Circulante								
Adiantamento de Convênio(i) (notas								
7 e 22)	14.113	17.316	14.113	17.316	-	-	-	-
INVEST MINAS								
Repasses (nota 30)	-	-	-	-	-	-	-	(4.081)
MGS								
Serviços de apoio	-	-	1.062	-	-	-	(3.810)	(3.556)
PRODEMGE								
Serviços de informática	-	-	-	-	-	-	(437)	(394)
SEPLAG								
Aluguel Cidade Administrativa	-	-	-	416	-	-	(331)	(304)
SEGOV								
Publicação Diário Oficial	-	-	2	1	-	-	(10)	(14)
GASTOS COM								
DESENVOLVIMENTO Gastos com Convênios (ii) (nota 29)							(3.012)	
Recuperações de Convênios (ii)	-	-	-	-	2	-	(3.012)	-
Controladas	-	-	-	-	2	-	-	-
CODEMIG								
Circulante		6-0						
Contas a receber / receita	751	698	-	-	1.974	1.909	-	-
Não circulante								
Contas a pagar (iii)	-	-	24.757	24.757	-	-	-	-
BIOTECHTOWN								
Não circulante								
Debêntures - Juros, principal e PECLD (nota 6)					869	556	(958)	(613)
i ECLD (nota o)	-	-	_	-	809	550	(950)	(013)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Consolidado
		ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Grupo econômico EMC								
Receitas arrendamento		_	_	_	921	936	_	_
EPAMIG	_	_	_	_	921	930	_	_
Patrocínio	_	_	_	_	_	_	(8)	_
FHEMIG e FUNED							(0)	
Circulante								
Adiantamento de Convênio(i) (notas 7 e 22) INVEST MINAS	14.113	17.316	14.113	17.316	-	-	-	-
Repasses (nota 30)	-	-	_	_	_	_	-	(4.081)
MGS								
Serviços de apoio PRODEMGE	-	-	1.062	-	-	-	(3.905)	(3.634)
Serviços de informática	-		-			-	(441)	(394)
SEPLAG								
Aluguel Cidade Administrativa SEGOV	-	-	-	416	-	-	(331)	(304)
Publicação Diário Oficial	-	-	2	1	-	-	(11)	(14)
GASTOS COM DESENVOLVIMENTO Gastos com Convênios (ii) (nota 29) Regunaração de Convênios (ii)	-	-	-	-	- 18	-	(18.306)	-
Recuperações de Convênios (ii) CBMM	-	-	-	-	18	-	-	-
Circulante								
Contas a receber / receita (notas 8 e 26)	327.417	416.760	_	_	577.525	506.428	_	_
Contas a pagar (nota 18 e 26)	5=//	-	158.189	631.706	(153.810)	(166.047)	_	_
Não circulante			,	0 ,	, 55			
Adiantamentos recebidos (nota 23) (iii) Coligadas	-	-	762.939	795-947	-	-	-	-
COMIPA								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
BIOTECHTOWN					-			
Não circulante								
Debêntures - Juros, principal e PECLD (nota 6)	-	-	-	-	869	556	(958)	(613)

- (i) Em função do Decreto 48.670 de agosto de 2023, a Companhia passa a atuar na estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias junto ao Estado de Minas Gerais. Diante disso, foi firmado convênio entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais ("FHEMIG"), e a Companhia, com interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade ("SEINFRA") e da Fundação Ezequiel Dias ("FUNED") para a estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada de novo Complexo de Saúde do Estado, onde a futura concessionária vencedora da licitação será responsável pela construção do mesmo. O Estado de Minas Gerais, por meio da FHEMIG e da FUNED, repassa recursos para a Codemge e esta, por sua vez, os utiliza no custeio dos estudos a serem realizados pela *International Finance Corporation* ("IFC") e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto do convênio. Vide notas 7 e 22.
- (ii) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 29. Caso os convenentes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente, apresentado na linha de recuperação de despesas na nota 30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 24.757 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos os encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas das quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 23.

(a) Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a da Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros renunciaram aos seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemig durante o período findo em 31 de março de 2025 totalizaram R\$2.607 (R\$1.787 em 31 de março de 2024, contabilizados pela Codemge) e são cobradas da Codemig via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge (vide nota 27 para despesas de pessoal).

14 Instrumentos financeiros patrimoniais

A seguir a composição dos instrumentos financeiros patrimoniais:

	Controladora	Controladora e consolidado			
	31/03/2025	31/12/2024			
Participação em fundos de investimento FIP AEROTEC (i) FIP SEED4SCIENCE (ii) FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA (iii)	91.752 2.154 64.284	90.076 2.173 64.163			
Total	158.190	156.412			

(i) O Aerotec – Fundo de Investimento em Participações - foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com o prazo inicial de duração de 10 anos e com o objetivo preponderante de obter rendimentos de longo prazo por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social em Minas Gerais que possuam atuação no setor aeroespacial. O valor do capital comprometido para aporte por parte da Codemge é de R\$ 140.000, dos quais R\$ 124.366 já foram aportados. No primeiro trimestre de 2024, o fundo concluiu a venda das investidas Unicoba e parte da participação na investida

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Xmobots para a empresa Spectra pelos valores de R\$60.000 e R\$55.646, respectivamente. A parte restante da investida Xmobots foi vendida para a empresa Embraer pelo valor de R\$40.296. Ao longo de 2024, foi deliberado pelos Cotistas do FIP Aerotec a amortização parcial das Cotas do Fundo no valor total de R\$60.776. A Codemge, detentora de 140.000 cotas, recebeu o valor total de R\$55.216 referente a estas amortizações. A administração do fundo é exercida pela ID Gestora e Administradora de Recursos LTDA e a gestão cabe à Ouro Preto Gestão de Recursos S/A.

- (ii) O Seed4Science Fundo de Investimento em Participações Capital Semente foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com o prazo inicial de duração de 10 anos e com o objetivo preponderante de obter rendimentos por meio de aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de companhias atuantes nos setores de biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas, materiais avançados, tecnologia da informação e comunicação, especialmente relacionadas com big data e machine learning. O valor do capital comprometido para aporte por parte da Codemge é de R\$ 3.000, dos quais R\$ 2.607 já foram aportados. As aplicações do fundo são realizadas por meio da aquisição de ativos como ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários. A administração do fundo é exercida pela BRL Trust Investimentos Ltda e a gestão cabe à FUNDEPAR Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.
- (iii) O Biotec Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com o prazo inicial de duração de 10 anos e com o objetivo preponderante de obter rendimentos por meio de aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de companhias atuantes nos setores de biotecnologia e ciências da vida (saúde humana, saúde animal, agricultura, meio ambiente e biotecnologia industrial, entres outros). O valor do capital comprometido para aporte por parte da Codemge é de R\$ 68.000, dos quais R\$ 51.208 já foram aportados. A administração do fundo é exercida pela FIR Capital Partners Gestão de Investimentos S.A. e a gestão cabe à FIR Gestão de Investimentos Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos instrumentos financeiros patrimoniais nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024:

	Controladora e con				
	31/03/2025	31/03/2024			
Participação acionária direta					
Bônus de subscrição DETECHTA (i)		_			
Saldo inicial	-	385			
Reversão/ Perda por impairment	-	-			
Alienação		<u>-</u>			
	-	385			
Participação em fundos de investimento					
FIP AEROTEC					
Saldo inicial	90.076	146.953			
Aquisição de cotas	-	182			
Amortização de cotas	-	(41.481)			
Valorização / Desvalorização de cotas	1.676	(100)			
	91.752	105.554			
FIP SEED4SCIENCE					
Saldo inicial	2.173	1.604			
Aquisição de cotas	.	60			
Desvalorização de cotas	(19)	(30)			
•	2.154	1.634			
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA					
Saldo inicial	64.163	51.577			
Aquisição de cotas Desvalorização de cotas	448	426			
Desvaiorização de cotas	(327)	(338)			
	64.284	51.665			
Total	158.190	159.238			

(i) Em agosto de 2020, a Companhia firmou um Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação- PD&I com a empresa Detechta Biotecnologia S.A., no valor de R\$500, com o objetivo de desenvolvimento, produção e comercialização de testes de diagnóstico para COVID-19. Inicialmente, o Acordo previa o exercício da opção de compra de 8,3% a 13,1% da Detechta. Em novembro de 2023, foi contabilizado uma perda por impairment no valor de R\$115, conforme laudo de avaliação da empresa emitido pela área técnica. Em novembro de 2024, foi assinado o Termo de Reconhecimento de Dívida com a Detechta Biotecnologia S.A., que estabelece o recebimento, pela Companhia, do total aportado, R\$500, corrigido pelo IPCA acumulado entre a data do aporte e o último IPCA disponível na data da assinatura do Termo (setembro de 2024), perfazendo um total de R\$642. Este valor será recebido em 5 parcelas mensais de R\$107 no período entre dezembro de 2024 e maio de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Participações societárias em controladas e coligadas

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações relevantes em controladas e coligadas do Grupo em 31 de março de 2025:

Controladas (a) e coligadas (b)	<u> </u>	Sede	Quantidade d	e ações / quotas	% participação no capital social		Natureza do Investimento
			Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora							
CODEMIG	(a)	Belo Horizonte	92.022	92.021	51,00%	51,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
BiotechTown	(b)	Nova Lima	4.900.000	-	49,49%	49,49%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
SPE Palácio das Mangabeiras Consolidado	(b)	Belo Horizonte	111.783.406	-	49,53%	49,53%	Sociedade de Propósito Específico para realização de eventos culturais no Palácio das Mangabeiras
COMIPA (i)	(b)	Araxá	187.272.000	20.787.600	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.

Além dessas participações societárias, o Grupo, na qualidade de sócio participante, possui participação de 55% no lucro e 74,9% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva o envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambu e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não estão descritas no quadro acima. Conforme as definições do Estatuto Social da SCP e ainda em conformidade com o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o controle é exercido pelo sócio ostensivo, uma vez que o mesmo possui os direitos que lhe dão a capacidade de dirigir as atividades relevantes e pratica em nome próprio a atividade da SCP e inclusive aparecendo perante terceiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A Codemig possui investimento na Comipa com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações, de classes diferentes, integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa dos poderes concedidos a cada classe de ação, o Grupo entende que as sócias não detêm poder de controle individual sobre a investida. Em conformidade com as definições do CPC 19 Negócios em Conjunto, os recursos aplicados na entidade controlada em conjunto são reconhecidos em suas demonstrações contábeis como investimento.

Composição dos saldos dos investimentos:

				Controladora
			31/03/2025	31/12/2024
Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Perda por impairment	Total	Total
CODEMIG	525.880	-	525.880	315.587
BiotechTown SCP Água Mineral (i) SPE Palácio das Mangabeiras (ii) Outros investimentos (iii)	342 189 1.588	(342)	- 189 1.588	- - 539 1.586
	527.999	(342)	527.657	317.712
	-		31/03/2025	Consolidado 31/12/2024
Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Perda por impairment	Total	Total
BiotechTown COMIPA SCP Água Mineral (i)	- - 342	- (342)	- - -	- 268 -
SPE Palácio das Mangabeiras (ii) Outros investimentos (iii)	189 1.588	<u>-</u>	189 1.588	539 1.586
	2.119	(342)	1.777	2.393

- (i) Em virtude do histórico de prejuízos da coligada e da expectativa de prejuízo a longo prazo da SCP Água Mineral, foi registrado a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do investimento em dezembro de 2024. A Companhia assinou o distrato amigável com a SCP Água Mineral em julho de 2025, conforme divulgado na nota 35 (j). Foram utilizadas como base de cálculo do valor do investimento as últimas informações financeiras, recebidas em 28 de fevereiro de 2025. Considerar essa informação em toda nota 15.
- (ii) A partir de dezembro de 2024, a participação na SPE Palácio das Mangabeiras passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial em virtude de alteração no percentual de participação da Companhia para 49,53% e exercício de influência significativa no investimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foram utilizadas as informações financeiras de 28 de fevereiro 2025. Considerar essa informação em toda nota 15.

(iii) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na CEMIG, Santander, obras de arte e ainda participações em consórcios de exploração de gás.

Alienação da participação na Datora Participações e Serviços S.A. - Datora

Em julho de 2024, diante da viabilidade econômica e jurídica, o Conselho de Administração da Codemge aprovou a alienação da participação da Companhia na Datora Participações e Serviços S.A. Conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da Datora, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação, dispensando de forma expressa, via contrato, a submissão da operação ao CADE e a ANATEL. Diante disso, em agosto de 2024, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na Datora pelo valor de R\$ 157.748, perfazendo de ganho de capital de R\$ 85.156 descontado a valor presente.

Em abril de 2025, a Companhia firmou o Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda referente à alienação de sua participação na Datora. O contrato original, firmado em agosto de 2024, previa em sua cláusula 6º que, sob determinadas condições, o preço de alienação do investimento seria reajustado caso ocorresse um Evento de Liquidez na Datora no prazo de 5 (cinco) anos da assinatura do contrato. Desta forma, a Companhia terá ainda o direito ao recebimento de R\$ 19.830, a serem recebidos em 5 parcelas anuais, juntamente com as parcelas referentes à venda inicial, sendo a primeira prevista para em agosto de 2025. Vide nota 8 (iv).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o período findo em 31 de março de 2025:

							Controladora
Investidas	31/12/2024	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perdas (transferência para o passivo)	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	31/03/2025
CODEMIG	315.587	-	228.565	-	-	(18.272)	525.880
Datora Participações BiotechTown (i)	-	-	-	-	-	-	-
SCP Água Mineral (ii) SPE Palácio das Mangabeiras Outros investimentos	539 1.586	- - 11	(203) (9)	- - -	(147)		- 189 1.588
	317.712	11	228.353	<u> </u>	(147)	(18.272)	527.657
							Consolidado
Investidas	31/12/2024	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perdas (transferência para o passivo)	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	31/03/2025
Datora Participações	-	-	-	-	-	-	-
BiotechTown (i) COMIPA (iii)	- 268	-	(663)	- 395	-	-	-
SCP Água Mineral (ii) SPE Palácio das Mangabeiras Outros investimentos	539 1.586	- - 11	(203) (9)	- - -	(147)	- - -	189 1.588
	2.393	11	(875)	395	(147)		1.777

⁽i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, no valor de R\$3.377, de forma a reduzir o saldo de debêntures emitidas pela investida. Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor do seu saldo. Desta forma, a contabilização destes excedentes ao valor contábil foi interrompida. Vide nota 6 (iv).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em virtude do histórico de prejuízos da coligada e da expectativa de prejuízo a longo prazo da SCP Água Mineral, foi registrado a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do investimento no valor de R\$342 em dezembro de 2024.
- (iii) No primeiro trimestre de 2025, a Comipa obteve prejuízo decorrente de provisões de IRPJ e CSLL diferidos, impactados por baixas de provisões trabalhistas e de participação de resultados. Devido às perdas com equivalência patrimonial serem superiores ao capital investido, foi contabilizada uma provisão para perdas no passivo, no grupo de "Outras contas a pagar", no valor de R\$395, que poderá ser revertida à medida que a mesma apresentar resultados positivos, conforme previsto no item 39 do CPC 18 Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Controladora

Ainste de

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o período findo em 31 de março de 2024:

Investidas	31/12/2023	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perdas (transferência para o passivo)	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	31/03/2024
CODEMIG Datora Participações BiotechTown (i)	330.827 61.072	- - -	189.294 2.644	:	- 505	(130.369) (2.863)	389.752 61.358
SCP Água Mineral (ii) Outros investimentos	827 1.827	9	632 (5)	<u> </u>		<u> </u>	1.459 1.831
	394.553	9	192.565		505	(133.232)	454.400
							a 11.1
							Consolidado
Investidas	31/12/2023	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perdas (transferência para o passivo)	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	31/03/2024
Investidas Datora Participações BiotechTown (i) COMIPA (iii) SCP Água Mineral (ii) Outros investimentos	31/12/2023 61.072 - 268 827 1.827	(redução) de	equivalência	perdas (transferência	avaliação patrimonial reflexo dos		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, no valor de R\$3.377, de forma a reduzir o saldo de debêntures emitidas pela investida. Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor do seu saldo. Desta forma, a contabilização destes excedentes ao valor contábil foi interrompida. Vide nota 6 (iv).
- (ii) Aumento da participação societária na SCP Água Mineral realizada em 2 de junho de 2023, de 50% para 74,9%, por meio do aporte de bens móveis a partir do valor de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Tais bens faziam parte do imobilizado da Companhia.
- (iii) No primeiro trimestre de 2024, a Comipa obteve prejuízo decorrente de uma provisão relacionada ao CPC 33 Benefício a empregados. Devido às perdas com equivalência patrimonial serem superiores ao capital investido, foi contabilizada uma provisão para perdas no passivo, no grupo de "Outras contas a pagar", no valor de R\$1.337, revertida à medida que a mesma apresentou resultados positivos, conforme previsto no item 39 do CPC 18 Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos em controladas e coligadas consideradas para 31 de março de 2025:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Controladas CODEMIG	1.305.663	742.870	208.099	809.299	1.031.135
Coligadas					
BiotechTown	497	11.973	36	28.556	(16.122)
COMIPA	21.613	4.387	17.029	9.744	(773)
SCP Água Mineral	4.011	12.235	5.757	12.684	(2.195)
SPE Palácio das Mangabeiras	336	346	204	97	381

(b) Informações de resultado do período sob análise

	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do período	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Controladas CODEMIG	425.348	448.165	-	448.165
Coligadas BiotechTown COMIPA SCP Água Mineral SPE Palácio das Mangabeiras	659 25.325 962 247	(2.708) (1.299) (303) (116)	- - - -	(2.708) (1.299) (303) (116)

16 Imobilizado

Composição dos saldos do imobilizado do Grupo:

					Controladora
				31/03/2025	31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento (i)	175.449 419.522 50.856 15.134	(138.330) (38.896)	(50.205) (69.607) (3.848)	125.244 211.585 8.112 15.134	125.299 212.541 7.581 14.373
=	660.961	(177.226)	(123.660)	360.075	359.794
					Consolidado
				31/03/2025	31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento (i)	515.240 676.309 73.512 15.134	(158.442) (53.318)	(279.787) (156.547) (3.848)	235.453 361.320 16.346 15.134	235.508 362.758 16.199 14.373
=	1.280.195	(211.760)	(440.182)	628.253	628.838
28 de 65					

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A existência destes ativos é condizente com o objeto social da Companhia, que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(i) O imobilizado em andamento é composto por aqueles ativos que ainda não estão disponíveis para uso. O valor em 31 de março de 2025 é composto por R\$13.095 de desapropriações que ainda estão em andamento referentes à Cidade Administrativa ("CAEMG") e R\$2.039 de benfeitorias que ainda estão em execução.

Movimentação do imobilizado nos três meses findos em 31 de março de 2025:

				Controladora
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/03/2025
Custo				
Terrenos	175.504	-	(55)	175.449
Prédios e benfeitorias	419.522	-	-	419.522
Equipamentos operacionais	50.515	975	(634)	50.856
Imobilizado em andamento	14.373	761	- -	15.134
	659.914	1.736	(689)	660.961
Depreciação				
Prédios e benfeitorias	(137.374)	(956)	-	(138.330)
Equipamentos operacionais	(39.086)	(385)	575	(38.896)
	(176.460)	(1.341)	575	(177.226)
Impairment				
Terrenos	(50.205)	-	-	(50.205)
Prédios e benfeitorias	(69.607)	-	-	(69.607)
Equipamentos operacionais	(3.848)	<u> </u>	<u> </u>	(3.848)
	(123.660)		<u> </u>	(123.660)
Imobilizado líquido	359.794	395	(114)	360.075
				Consolidado
	21/12/2024	Adições	Baiyas	
Custo	31/12/2024	Adições	Baixas	Consolidado 31/03/2025
Custo Terrenos		Adições		
	515.295	Adições - -	(55)	31/03/2025 515.240
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais		Adições		31/03/2025
Terrenos Prédios e benfeitorias	515.295 676.309	- - -	(55)	31/03/2025 515.240 676.309
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento	515.295 676.309 73.171	- - 975	(55)	31/03/2025 515.240 676.309 73.512
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação	515.295 676.309 73.171 14.373	975 761 1.736	(55) - (634) -	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148	975 761 1.736	(55) - (634) - (689)	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442)
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação	515.295 676.309 73.171 14.373	975 761 1.736	(55) - (634) -	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148	975 761 1.736	(55) - (634) - (689)	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442)
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148 (157.004) (53.124)	975 761 1.736 (1.438) (769)	(55) - (634) - (689) - 575	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442) (53.318)
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Impairment Terrenos	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148 (157.004) (53.124) (210.128)	975 761 1.736 (1.438) (769)	(55) - (634) - (689) - 575	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442) (53.318) (211.760)
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Impairment	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148 (157.004) (53.124)	975 761 1.736 (1.438) (769)	(55) - (634) - (689) - 575	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442) (53.318)
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Impairment Terrenos	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148 (157.004) (53.124) (210.128)	975 761 1.736 (1.438) (769)	(55) - (634) - (689) - 575	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442) (53.318) (211.760)
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Impairment Terrenos Prédios e benfeitorias	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148 (157.004) (53.124) (210.128) (279.787) (156.547)	975 761 1.736 (1.438) (769)	(55) - (634) - (689) - 575	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442) (53.318) (211.760)
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Imobilizado em andamento Depreciação Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais Impairment Terrenos Prédios e benfeitorias	515.295 676.309 73.171 14.373 1.279.148 (157.004) (53.124) (210.128) (279.787) (156.547) (3.848)	975 761 1.736 (1.438) (769)	(55) - (634) - (689) - 575	31/03/2025 515.240 676.309 73.512 15.134 1.280.195 (158.442) (53.318) (211.760) (279.787) (156.547) (3.848)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do imobilizado nos três meses findos em 31 de março de 2024:

			Controladora
31/12/2023	Adições	Baixas	31/03/2024
147.027 444.023 51.003 48.477	2.783 - -	- - - -	147.027 446.806 51.003 48.477
690.530	2.783	<u> </u>	693.313
(139.688) (38.405)	(996) (396)	- - -	(140.684) (38.801)
(178.093)	(1.392)	<u> </u>	(179.485)
(50.205) (82.793) (3.848)	- - -	- - -	(50.205) (82.793) (3.848)
(136.846)		<u> </u>	(136.846)
375.591	1.391	<u> </u>	376.982
			Consolidado
31/12/2023	Adições	Baixas	31/03/2024
486.818 700.810 73.659 48.477	2.783 - -	- - - -	486.818 703.593 73.659 48.477
1.309.764	2.783	<u> </u>	1.312.547
(157.879) (50.886)	(1.353) (783)	- -	(159.232) (51.669)
(208.765)	(2.136)	<u> </u>	(210.901)
(266.595) (211.424)	- -	<u>-</u> -	(266.595) (211.424)
(3.848)	<u> </u>	<u> </u>	(3.848)
		<u>-</u> -	(3.848)
	147.027 444.023 51.003 48.477 690.530 (139.688) (38.405) (178.093) (50.205) (82.793) (3.848) (136.846) 375.591 31/12/2023 486.818 700.810 73.659 48.477 1.309.764 (157.879) (50.886) (208.765)	147.027 444.023 51.003 - 48.477 - 690.530 2.783 (139.688) (38.405) (396) (178.093) (1.392) (50.205) (82.793) - (3.848) - (136.846) - 375.591 1.391 31/12/2023 Adições 486.818 - 700.810 2.783 73.659 48.477 - 1.309.764 2.783 (157.879) (50.886) (783) (208.765) (211.424) -	147.027

Imóveis em garantia

O valor de todos os bens do imobilizado cedidos em garantia, em processo de execução fiscal, na Companhia é de R\$4.742 em 31 de março de 2025 (R\$4.742 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impairment de ativos		Controladora
	31/12/2024	31/03/2025
Terrenos Bonsucesso (i) CAEMG (iv)	(10.911) (39.294)	(10.911) (39.294)
	(50.205)	(50.205)
Prédios e benfeitorias P7 Bemge (v) Expominas SJDR (vi)	(40.838) (28.769)	(40.838) (28.769)
	(69.607)	(69.607)
Equipamentos operacionais P7 Bemge (v)	(3.848)	(3.848)
	(3.848)	(3.848)
TOTAL	(123.660)	(123.660)
		0 11 1
		Consolidado
Towns	31/12/2024	31/03/2025
Terrenos Bonsucesso (i) CCPIF (ii) Olhos D'Água (iii) CAEMG (iv)	(10.911) (107.882) (121.700) (39.294)	
Bonsucesso (i) CCPIF (ii) Olhos D'Água (iii) CAEMG (iv)	(10.911) (107.882) (121.700)	31/03/2025 (10.911) (107.882) (121.700)
Bonsucesso (i) CCPIF (ii) Olhos D'Água (iii)	(10.911) (107.882) (121.700) (39.294)	31/03/2025 (10.911) (107.882) (121.700) (39.294)
Bonsucesso (i) CCPIF (ii) Olhos D'Água (iii) CAEMG (iv) Prédios e benfeitorias CCPIF (ii) P7 Bemge (v) Expominas SJDR (vi)	(10.911) (107.882) (121.700) (39.294) (279.787) (86.940) (40.838)	31/03/2025 (10.911) (107.882) (121.700) (39.294) (279.787) (86.940) (40.838)
Bonsucesso (i) CCPIF (ii) Olhos D'Água (iii) CAEMG (iv) Prédios e benfeitorias CCPIF (ii) P7 Bemge (v)	(10.911) (107.882) (121.700) (39.294) (279.787) (86.940) (40.838) (28.769)	31/03/2025 (10.911) (107.882) (121.700) (39.294) (279.787) (86.940) (40.838) (28.769)
Bonsucesso (i) CCPIF (ii) Olhos D'Água (iii) CAEMG (iv) Prédios e benfeitorias CCPIF (ii) P7 Bemge (v) Expominas SJDR (vi) Equipamentos operacionais	(10.911) (107.882) (121.700) (39.294) (279.787) (86.940) (40.838) (28.769) (156.547)	31/03/2025 (10.911) (107.882) (121.700) (39.294) (279.787) (86.940) (40.838) (28.769) (156.547)

(i) Terreno Bonsucesso

Refere-se ao terreno localizado no bairro Bonsucesso, em Belo Horizonte MG, cujo custo é R\$14.111. Em 2023 foi elaborado laudo de avaliação de mercado para o imóvel, junto à empresa especializada, em que o valor de mercado era de R\$3.200.

O valor da perda por redução ao valor recuperável até 31 de março de 2025 é de R\$10.911 (R\$10.911 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento, o que resultou em contabilização de *impairment*. Em 2024, foi elaborado laudo de reavaliação do empreendimento, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda. A avaliação por meio do método evolutivo resultou em uma perda por *impairment* no valor de R\$194.822, sendo R\$ 107.882 de Terrenos e R\$ 86.940 de Prédios e benfeitorias (R\$194.822 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Terreno do Bairro Olhos D'Água

Em 2019, foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por impairment no valor de R\$123.965. Em 2023, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$2.300. Em 2024, foi elaborado novo laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma nova reversão parcial da perda de R\$1.400.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de março de 2025 é de R\$ 121.700 (R\$ 121.700 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) Cidade Administrativa (CAEMG)

Refere-se à área desapropriada para construção de túnel e via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Em 2019 foi provisionado o montante de R\$39.294 para perda por redução ao valor recuperável, devido ao interesse da Administração em doá-lo ao Estado de Minas Gerais.

(v) P7 Bemge

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, não foi possível verificar o seu valor recuperável devido às mudanças de planejamento estratégico. O valor da perda por redução ao valor recuperável registrada até 31 de março de 2025 é de R\$44.686 (R\$44.686 em 31 de dezembro de 2024). O edifício está localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, é de propriedade da Fundação João Pinheiro, está cedido à Codemge, que por sua vez subcedeu à Associação P7 Criativo para execução do projeto de mesmo nome, P7 Criativo.

(vi) Expominas São João Del Rei ("SJDR")

Em setembro de 2024, foi feita uma avalição do imóvel e o valor do *impairment* registrado até 31 de março de 2025 é de R\$28.769 (R\$28.769 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Intangível

O intangível do Grupo apresentou a seguinte composição:

					Controladora
				31/03/2025	31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento (i)	39.326	-	(39.326)	_	-
Direitos contratuais	2.207	(3)	-	2.204	2.204
Marcas e patentes	257	-	-	257	257
Softwares	4.049	(2.361)	-	1.688	1.783
Direitos de lavra e jazidas (ii)	12.239	(15)	(12.029)	195	195
	58.078	(2.379)	(51.355)	4.344	4.439
					Consolidado
				31/03/2025	31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento (i)	Custo 39.326				
Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais		acumulada -	<u>Impairment</u> (39.326)		
Direitos contratuais Marcas e patentes	39.326	acumulada (3)		2.205 264	2.205 264
Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares	39.326 2.208	(2.361)		2.205 264 1.688	2.205 264 1.783
Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Descomissionamento de mina	39.326 2.208 264 4.049 345	(2.361) (5)	(39.326) - - - -	2.205 264 1.688 340	2.205 264 1.783 271
Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares	39.326 2.208 264 4.049	(2.361)		2.205 264 1.688	2.205 264 1.783

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do intangível nos três meses findos em 31 de março de 2025:

Movimentação do intangivei nos tres meses findos em 31 d	e março de 2025: 		Controladora
	31/12/2024	Adições	31/03/2025
Custo Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Direitos de lavra e jazidas	39.326 2.207 257 4.049 12.239	- - - - -	39.326 2.207 257 4.049 12.239
Amortização Direitos contratuais Software Direitos de lavra e jazidas	(3) (2.266) (15) (2.284)	(95)	(3) (2.361) (15) (2.379)
Impairment Custos de desenvolvimento (i) Direitos de lavra e jazidas	(39.326) (12.029) (51.355)	- - -	(39.326) (12.029) (51.355)
Intangível líquido	4.439	(95)	4.344
			c !!!!
			Consolidado
	31/12/2024	Adições	31/03/2025
Custo Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Descomissionamento de mina Direitos de lavra e jazidas	31/12/2024 39.326 2.208 264 4.049 274 12.251	Adições	
Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Descomissionamento de mina Direitos de lavra e jazidas	39.326 2.208 264 4.049 274	- - - -	31/03/2025 39.326 2.208 264 4.049 345
Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Descomissionamento de mina	39.326 2.208 264 4.049 274 12.251	- - - - 71	31/03/2025 39.326 2.208 264 4.049 345 12.251
Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Descomissionamento de mina Direitos de lavra e jazidas Amortização Direitos contratuais Software Descomissionamento de mina	39.326 2.208 264 4.049 274 12.251 58.372 (3) (2.266) (3)	- - - - 71 - 71 - (95)	31/03/2025 39.326 2.208 264 4.049 345 12.251 58.443 (3) (2.361) (5)
Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Descomissionamento de mina Direitos de lavra e jazidas Amortização Direitos contratuais Software Descomissionamento de mina	39.326 2.208 264 4.049 274 12.251 58.372 (3) (2.266) (3) (17) (2.289) (39.326) (12.029)	- - - 71 - 71 - (95) (2)	31/03/2025 39.326 2.208 264 4.049 345 12.251 58.443 (3) (2.361) (5) (17) (2.386) (39.326) (12.029)
Custos de desenvolvimento (i) Direitos contratuais Marcas e patentes Softwares Descomissionamento de mina Direitos de lavra e jazidas Amortização Direitos contratuais Software Descomissionamento de mina Direitos de lavra e jazidas Impairment Custos de desenvolvimento (i)	39.326 2.208 264 4.049 274 12.251 58.372 = (3) (2.266) (3) (17) (2.289)	- - - 71 - 71 - (95) (2)	31/03/2025 39.326 2.208 264 4.049 345 12.251 58.443 (3) (2.361) (5) (17) (2.386)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do intangível nos três meses findos em 31 de março de 2024:

	Controladora
31/12/2023 Adições	31/03/2024
Custo Custos de desenvolvimento 39.326 -	39.326
Direitos contratuais 2.207 -	2.207
Marcas e patentes 257 -	257
Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.239 -	2.182 12.239
56.211 -	56.211
Amortização	30.211
Direitos contratuais (3) -	(3)
Software (2.135) (6) Direitos de lavra e jazidas (15) -	(2.141)
Direitos de lavra e jazidas (15) -	(15)
	(2.159)
Impairment	
Custos de desenvolvimento (39.326) -	(39.326)
Direitos de lavra e jazidas (12.029) -	(12.029)
(51.355)	(51.355)
Intangível líquido 2.703 (6)	2.697
	Consolidado
31/12/2023 Adições	31/03/2024
Custo	31/03/2024
Custos de desenvolvimento 39.326 -	39.326
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 -	
Custos de desenvolvimento39.326-Direitos contratuais2.208-Marcas e patentes264-Softwares2.182-	39.326 2.208 264 2.182
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 -	39.326 2.208 264
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - 56.231 -	39.326 2.208 264 2.182
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização - -	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização Direitos contratuais (3) -	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização Direitos contratuais (3) -	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização Direitos contratuais (3) - Software (2.135) (6)	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização - Direitos contratuais (3) - Software (2.135) (6) Direitos de lavra e jazidas (17) - (2.155) (6)	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231 (3) (2.141) (17)
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização - Direitos contratuais (3) - Software (2.135) (6) Direitos de lavra e jazidas (17) - Impairment	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231 (3) (2.141) (17) (2.161)
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização - Direitos contratuais (3) - Software (2.135) (6) Direitos de lavra e jazidas (17) - (2.155) (6)	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231 (3) (2.141) (17)
Custos de desenvolvimento 39.326 - Direitos contratuais 2.208 - Marcas e patentes 264 - Softwares 2.182 - Direitos de lavra e jazidas 12.251 - Amortização Direitos contratuais (3) - Software (2.135) (6) Direitos de lavra e jazidas (17) - Impairment Custos de desenvolvimento (39.326) -	39.326 2.208 264 2.182 12.251 56.231 (3) (2.141) (17) (2.161)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Custo de desenvolvimento

MGgrafeno

A Companhia atuou no projeto para pesquisa e desenvolvimento de grafeno, por meio de Acordo de Parceria com a UFMG e CDTN. No entanto, em junho de 2023, conforme novas diretrizes da Companhia, foi assinado o distrato de tal Acordo.

Em função do Acordo de Parceria, a Codemge havia investido no MGgrafeno, antes do distrato, o valor de R\$39.326 até 31 de março de 2025 (R\$39.326 em 31 de dezembro de 2024).

No distrato foi estipulado que a Codemge transfere à UFMG e CDTN, sem qualquer devolução de valor, a propriedade de todos os equipamentos, bem como o direito de propriedade intelectual das tecnologias gerados no âmbito do projeto.

Impairment de Custos de Desenvolvimento

Apesar do distrato supracitado estabelecer que a Companhia irá participar em 49,12% de qualquer ganho econômico decorrente de eventual exploração econômica das tecnologias geradas pelo MGgrafeno, não é possível que a Companhia tenha certeza sobre o fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso dessas tecnologias. Diante disso, em junho de 2023, foi realizado o *impairment* da totalidade do ativo.

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos custos com desenvolvimento em 31 de março de 2025 é de R\$39.326 (R\$39.326 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Direitos de lavras e jazidas

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos direitos de lavras e jazidas em 31 de março de 2025 é de R\$12.029 (R\$12.029 em 31 de dezembro de 2024). O valor refere-se em sua maioria aos direitos de exploração de água mineral localizados em parques, balneários e termas que não são explorados ou não possuem lucratividade na sua exploração.

18 Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

		Controladora		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
IRPJ / CSLL SCP (i) Fornecedores nacionais Outros	4·355 3	3.576 3	158.189 5.857 <u>3</u>	631.706 3.577 3
	4.358	3.579	164.049	635.286

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação junto à Fazenda Federal pela CBMM.

19 Tributos a recolher

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Tributos retidos de terceiros	346	368	634	386	
Tributos retidos sobre salários	927	2.077	927	2.077	
PIS e COFINS	1.042	5.382	1.785	6.285	
Imposto sobre mercadorias e serviços	56	61	64	68	
Imposto sobre o patrimônio imobiliário	216	-	216	-	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	4.020	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.150	11.691	12.150	11.691	
	14.737	19.579	19.796	20.507	
Circulante	2.587	7.888	7.646	8.816	
Não circulante	12.150	11.691	12.150	11.691	
	14.737	19.579	19.796	20.507	

O imposto de renda e contribuição social diferidos advêm do reconhecimento de ganho patrimonial líquido dos instrumentos financeiros classificados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme notas 4, 14 e 25 (f). A variação patrimonial positiva, portanto, não afeta nem o resultado contábil ou resultado fiscal e é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, gerando assim uma diferença temporária tributável, e por consequência um passivo fiscal diferido.

20 Dividendos a pagar

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais Dividendos a pagar à MGI Juros sobre capital próprio a pagar à MGI	170.790 76.000 2	170.789 44.999 2 1	188.300 79.430 2 -	465.561 44.999 2 1	
	246.792	215.791	267.732	510.563	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Salários e encargos sociais

	Controladora	a e consolidado
	31/03/2025	31/12/2024
Férias e 13º salário Participação nos lucros e resultados (PLR) INSS FGTS Outros	10.936 6.936 4.220 1.167 454	10.537 4.776 4.101 1.372 406
	23.713	21.192

22 Adiantamento de convênios

Trata-se de convênio de saída firmado em 31 de outubro de 2023 entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais ("FHEMIG"), e a Companhia, com interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade ("SEINFRA") e da Fundação Ezequiel Dias ("FUNED").

Constitui objeto do convênio a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para a realização de estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada ("PPP") de um novo Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais. Por meio da estruturação da referida PPP, a futura concessionária vencedora da licitação será responsável pela construção do Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Para execução do objeto foram alocados recursos pela concedente oriundo do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais no valor de R\$20.000. Os repasses foram realizados em dezembro de 2023, sendo R\$16.000 pela concedente FHEMIG e R\$4.000 pelo interveniente FUNED.

Os recursos enviados pela concedente serão utilizados para pagamento dos estudos a serem realizados pela *International Finance Corporation* ("IFC"), dentre outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto do convênio. A IFC é uma instituição com experiência nas áreas de estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas em vários setores, incluindo o setor de saúde.

Até 31 de março de 2025, já haviam sido repassados R\$7.428 à contratada IFC pela entrega de parte dos estudos (R\$3.935 em 31 de dezembro de 2024). O recurso recebido pela Companhia está aplicado em conta bancária específica do convênio e será prestado contas dele, conforme estipulado nos termos do convênio.

			Controlador	a e consolidado
	Recebido	Repassado	Rendimento financeiro	A repassar
FHEMIG e FUNED	20.000	(7.428)	1.541	14.113
	20.000	(7.428)	1.541	14.113

Abertura por ano de desembolso esperado pelo Grupo, conforme cronograma previsto de entregas dos estudos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlado	ra e consolidado
	31/03/2025	31/12/2024
Por ano de desembolso 2025	14.113	17.316
	14.113	17.316

23 Adiantamentos e cauções recebidas

-		Controladora	ontroladora Consolidado			
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024		
Adiantamento de receitas SCP (i) Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii) Valores a ressarcir a SCP (iii)	1.327 	1.665 -	704.244 1.327 58.695	704.244 1.665 91.703		
	1.327	1.665	764.266	797.612		
Circulante Não circulante	1.327	1.665	1.327 762.939	1.665 795.947		
	1.327	1.665	764.266	797.612		

- (i) A Codemig, através de sua participação na SCP, em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação ("ACE") da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$ 24.757 foram recebidos em 2015, R\$ 48.017 em 2018, R\$ 67.284 em 2019, R\$407.952 em 2022 e R\$156.234 em 2024 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2027 e 2031. Os adiantamentos são realizados em reais moeda da Escritura Pública e são cobrados quando a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.
- (ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorrem do registro de depósitos em garantias dos contratos de prestação de serviço e valores recebidos antecipadamente sob a forma de sinal, relativos aos contratos de compra e venda de estoque de imóveis a comercializar e contratos de locação dos auditórios dos quais o Grupo é proprietário e gestor. A medida em que os imóveis são transferidos e que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados.
- (iii) Saldos de variação cambial reconhecidos por competência e derivados de sua participação em operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Por ano de vencimento				
2025	1.327	1.665	1.327	1.665
2026	-	-	-	-
2027	-	-	272.434	272.434
2028	-	-	56.335	56.335
2029	-	-	137.475	137.475
2030	-	-	127.656	127.656
2031			110.344	110.344
	1.327_	1.665	705.571	705.909

24 Provisões

	Controladora			Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Provisões para contingências (i)					
Contingências cíveis (a)	4.856	4.651	45.750	44.755	
Contingências tributárias (b)	2.080	2.087	7.481	8.202	
Contingências administrativas	1.437	1.372	1.437	1.372	
Contingências trabalhistas	83	232	83	232	
Contingências ambientais	2.097	2.056	2.097	2.056	
	10.553	10.398	56.848	56.617	
Provisão para descomissionamento (ii)					
Descomissionamento de mina	-	-	30.687	30.613	
(-) Ajuste ao valor presente			(30.622)	(30.548)	
			65	65	
	10.553	10.398	56.913	56.682	

(i) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

(a) Do saldo total consolidado, R\$40.894 (R\$40.104 em 31 de dezembro de 2024) decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identifica quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Em junho de 2023, foi determinado pelo juízo o pagamento dos valores das ações ao ex-acionista Solaris Company Ltda., com correção. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba ("Codevasf"), que também é parte no processo, apresentou recurso especial pendente de julgamento pelo STJ. Em março de 2025 o recurso especial da Codevasf foi inadmitido e houve interposição de Agravo para que o recurso seja apreciado. A Companhia aguarda ainda o trânsito em julgado da decisão para sua confirmação ou revisão, visando eventual depósito em juízo e baixa da provisão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos do Grupo. Em razão de impedimentos regulamentares, o Grupo não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais. Em fevereiro de 2024, foi deliberado pela diretoria a dação em pagamento de parte de um terreno para pagamento de tributos provisionados para o município de Ribeirão das Neves. Em julho de 2024, houve a dação no valor de R\$4.681.

Movimentação das provisões de contingências nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024:

					Cor	ntroladora_
	31/12/24	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	31/03/25
Contingências cíveis	4.651	-	(4)	-	209	4.856
Contingências tributárias	2.087	-	(67)	-	60	2.080
Contingências administrativas	1.372	-	-	-	65	1.437
Contingências trabalhistas	232	-	(150)	-	1	83
Contingências ambientais	2.056	- -	<u> </u>	<u> </u>	41	2.097
	10.398	<u> </u>	(221)	<u> </u>	376	10.553
	31/12/23	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	31/03/24
Contingências cíveis	3.909	4	(4)	_	173	4.082
Contingências tributárias	6.580	118	(228)	(4.681)	81	1.870
Contingências administrativas	991	-	-	-	50	1.041
Contingências trabalhistas	206	-	(11)	-	4	199
Contingências ambientais	1.923	-	-	-	38	1.961
Outras contingências	1.335	- -	- -	- -		1.335
	14.944	122	(243)	(4.681)	346	10.488
					c	<u>onsolidado</u>
	31/12/24	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	31/03/25
Contingências cíveis	44.755	_	(4)	_	999	45.750
Contingências tributárias	8.202	300	(1.185)	_	164	7.481
Contingências administrativas	1.372	-	-	-	65	1.437
Contingências trabalhistas	232	-	(150)	-	1	83
Contingências ambientais	2.056		<u> </u>	<u>-</u>	41	2.097
	56.617	300	(1.339)		1.270	56.848
	31/12/23	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	31/03/24
Contingências cíveis	42.162	4	(4)	_	916	43.078
Contingências tributárias	12.589	4 352	(1.336)	(4.681)	168	7.092
Contingências administrativas	991	- 352	(1.330)	(4.001)	50	1.041
Contingências trabalhistas	206	-	(11)	_	4	199
Contingências ambientais	1.923	-	-	_	38	1.961
Outras contingências	1.335		<u> </u>	<u> </u>		1.335
	59.206	356	(1.351)	(4.681)	1.176	54.706

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios com risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante de R\$29.125 em 31 de março de 2025 (R\$29.318 em 31 de dezembro de 2024) e envolvendo o Grupo em R\$55.461 em 31 de março de 2025 (R\$55.146 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Em abril de 2023, por decisão monocrática proferida no âmbito do STF, houve determinação condenatória de pagamento de honorários sucumbenciais em uma ação popular ajuizada em junho de 2018, cujo objeto principal foi o cancelamento da emissão de debêntures envolvendo o Estado de Minas Gerais "EMG", a Minas Gerais Participações "MGI" e a Codemig. Há contingência passiva que está sob responsabilidade da Codemig, com risco estimado de R\$26.336 (R\$25.828 em 31 de dezembro de 2024). Em 15 de maio de 2023, a Codemig interpôs recurso de agravo interno visando à reforma da decisão, em revisão pelo órgão colegiado do STF.

Exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis, restando somente aqueles processos que envolviam os ativos que se mantiveram na Codemig após a cisão.

Contingências ativas

Existem processos de contingência ativa que o Grupo está envolvido classificados como provável entrada de benefícios econômicos por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante estimado de R\$6.371 em 31 de março de 2025 (R\$6.217 em 31 de dezembro de 2024) e envolvendo o Grupo em R\$12.506 em 31 de março de 2025 (R\$12.071 em 31 de dezembro de 2024), para os quais é requerida a divulgação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. Os processos são relacionados a questões tributárias, administrativas, ambientais e aspectos cíveis, sendo os mais relevantes deles relativos à cobrança de valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica, pelas despesas com manutenção da Sala Minas Gerais no valor de R\$6.135, e da Superfonte Comércio Indústria e Exportação Ltda, pelo arrendamento de áreas de direito minerário no valor de R\$3.614.

(ii) Provisão para descomissionamento

No dia 13 de junho de 2024, foi assinado o 11º acordo entre a Codemig e a CBMM. Nele foi ressaltado o fato do contrato da SCP ter a vigência até 2032, ou seja, prazo inferior ao prazo estimado para vida útil da mina de pirocloro localizada no município de Araxá. Dessa forma, as partes determinaram, por meio deste acordo, que a contabilização do provisionamento para o fechamento das minas deveria ser de responsabilidade de cada uma das titulares dos seus respectivos direitos minerários.

Tendo isso em vista, a Codemig reconheceu em junho de 2024 a provisão para descomissionamento de sua mina em Araxá, tendo como base uma estimativa de gastos todas as despesas cuja expectativa de desembolso futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração. Em dezembro de 2024 foi feita uma revisão dessa provisão, em que a expectativa de vida das minas passou de 80 para 76 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que as obrigações para desativação e retirada de serviço de ativos de longo prazo ou restauração de áreas onde os ativos operam são exemplos de passivos de longo prazo que podem ter natureza não contratual sobre a qual se aplica o ajuste a valor presente. A expectativa de início dos desembolsos é para o ano de 2100 e, portanto, foi registrado ajuste ao valor presente (AVP) dessa provisão. Em março de 2025, foi considerada a taxa DI em 14,15% a.a. descontada da taxa de inflação de 5,65% a.a. como taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação. Como contrapartida relativa à provisão de descomissionamento ajustada a valor presente foi registrado um ativo de descomissionamento de mina (vide nota 17).

25 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de março de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Codemge é de R\$546.845 (R\$546.845 em 31 de dezembro de 2024), representado por 205.221 ações, sendo que o Governo de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações.

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(c) Reserva de capital

Em 31 de março de 2025, a reserva de capital é de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2024) referente a ágio na emissão de ações em que parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

(d) Reservas de lucro

(d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma, acrescido da reserva de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de março de 2025 a reserva legal da Companhia era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2024).

(d.2) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal e a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destinou o saldo remanescente dos lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 à constituição da reserva de retenção de lucros. Deste montante, foi proposto pela Diretoria a destinação de R\$100.000 para o aumento do capital social da Companhia e o pagamento de dividendos adicionais restantes no valor de R\$568.376, que foram deliberados em Assembleia em abril de 2025. Foram deliberados ainda, nesta mesma data, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$200.000. Em 31 de março de 2025, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$868.376 (R\$868.376 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A política de dividendos da Codemge determina a distribuição anual mínima de 25% dos lucros após destinações legais e estatutárias. Os saldos dos proventos distribuídos estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período Reserva de retenção de lucros	213.177 868.376	187.103 672.705	432.778 868.376	368.973 672.705
Dividendos intercalares distribuídos Juros sobre o capital próprio creditados	31.000	7.000	12.410 36.146	120.846 11.410
Total de proventos distribuídos	31.000	7.000	48.556	132.256

A Companhia realizou de janeiro a março de 2025 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$31.000 na controladora e R\$36.146 no consolidado, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	
Patrimônio líquido Lucro líquido do período Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017	2.263.189 213.177 244.177	2.085.409 187.103 194.103	2.768.445 432.778 706.432	2.459.875 368.973 578.890	
Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado Saldo do limite de 50% dos lucros do período	41.031 122.089	28.532 97.052	53.015 353.216	39.122 289.445	
Juros sobre o capital próprio	31.000	7.000	36.146	11.410	

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$21.852, em 31 de março de 2025, (R\$21.127 em 31 de dezembro de 2024) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes dos investimentos mensurados a valor justo por meio de outros resultados — nota 14 e de empresas coligadas e controladas — nota 15.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Receita líquida

•		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	
Receita – SCP (i) Arrendamentos (ii) Receita com vendas, serviços e locações (iii)	6.345 12.962	5.630 1.606	423.715 6.350 14.758	340.381 5.635 3.654	
Receita bruta	19.307	7.236	444.823	349.670	
Impostos Devoluções (iv)	(1.196) (6.749)	(698)	(1.363) (6.749)	(888)	
Receita líquida	11.362	6.538	436.711	348.782	

(i) O Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 18).

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados nos períodos findos em 31 de março:

Resultado da SCP	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta de vendas Devoluções e deduções de receita de vendas Receita líquida de vendas	3.063.312 (12.591) 3.050.721	2.770.581 4.241 2.774.822
Custo de vendas Margem bruta nas vendas	(527.239) 2.523.482	(540.357) 2.234.465
Despesas estruturais Outras receitas operacionais Lucro operacional	(54.490) 4.582 2.473.574	(239.120) 2.593 1.997.938
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	(163.476)	27.772
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	2.310.098	2.025.710
Participação de 25% da Companhia Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	577.525 33.008	506.428 7.564
Imposto de renda e contribuição social corrente — SCP Imposto de renda e contribuição social — antecipações a pagar Imposto de renda e contribuição social — antecipações mensais	(142.416) (15.773) (28.629)	(149.013) (8.287) (16.311)
Total Imposto de renda e contribuição social e variação cambial	(153.810)	(166.047)
Receita - SCP	423.715	340.381

(ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas Belo Horizonte, Araxá e Juiz de Fora, pela realização de eventos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Valores em 31 de março de 2025 e 2024 referem-se principalmente às receitas com venda de distrito industrial (R\$11.183 em 31 de março de 2025), locação do Centro Cultural Itamar Franco e bilheteria de parques.
- (iv) Devolução de terreno situado no Distrito Industrial de Uberaba no valor de R\$6.741, anteriormente vendido à Alpen Energia. A devolução faz parte de um acordo para venda de outro terreno localizado no mesmo distrito, também vendido para Alpen Energia pelo valor de R\$10.817, em janeiro de 2025.

27 Despesas gerais e administrativas

,		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Despesas com pessoal (i)	(21.940)	(19.875)	(23.914)	(21.788)
Encargos sociais	(4.084)	(4.210)	(4.084)	(4.210)
Viagens e estadias	(267)	(1.188)	(267)	(1.188)
Despesas de uso e consumo	(592)	(731)	(1.107)	(1.264)
Serviços de apoio e limpeza	(3.828)	(3.619)	(3.923)	(3.697)
Serviços de consultoria e auditoria	(540)	(560)	(597)	(1.164)
Serviços de engenharia e manutenção	(2.290)	(1.851)	(2.632)	(2.062)
Serviços de informática	(1.515)	(824)	(1.523)	(830)
Publicidade e patrocínio	(4.032)	(4.311)	(4.032)	(4.311)
Despesas tributárias	(882)	(1.516)	(2.539)	(3.092)
Depreciação e amortização	(1.436)	(1.398)	(2.304)	(2.142)
Reversão / (Provisão) para contingências	221	121	1.039	995
(Perda) / reversão esperada de créditos	(.0)		(.0)	
de liquidação duvidosa (ii)	(18.554)	141	(18.554)	141
Outras	(609)	(943)	(770)	(1.040)
	(60.348)	(40.764)	(65.207)	(45.652)

- (i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido na cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.
- (ii) No 1º trimestre de 2025, foram reconhecidas como PECLD R\$15.845, referente aos valores em atraso relacionados a contratos de arrendamento. Além disso, foram reconhecidos R\$ 2.866 de acordo com a matriz de provisão para análise prospectiva dos créditos de liquidação duvidosa, conforme previsto no CPC 48 Instrumentos Financeiros.

28 Projetos e parcerias

		Controladora	Consolida		
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	
Projeto de Saneamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IFC (i) Consultoria do Transporte Coletivo – Ruaviva (ii) Projeto Revitalização do Rio Picão - IBI (iii)	- (59)	(1.040) (127)	- (59)	(1.040) (127)	
	(59)	(1.167)	(59)	(1.167)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme nota 1 (e), a Codemge foi autorizada a estruturar e modelar projetos de concessões e parcerias público-privadas para o Estado de Minas Gerais e para tanto pode contratar terceiros para fornecimento de produtos ou serviços utilizados na elaboração dos projetos conforme descrito abaixo:

- (i) Projeto de Saneamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais Internacional Finance Corporation ("IFC") para elaborar estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica para concessão da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na região nordeste de Minas Gerais.
- (ii) Consultoria do Transporte Coletivo Instituto de Mobilidade Sustentável ("Ruaviva") para elaboração da modelagem econômico-financeira necessária à revisão dos contratos de concessão do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo de Passageiros de Minas Gerais.
- (iii) **Projeto Revitalização do Rio Picão** IBI Engenharia Consultiva ("IBI") prestação de serviços de verificação de estudos e projetos em nível básico e conceitual para a revitalização do Rio Picão, localizado no município de Bom Despacho/MG.

29 Gastos com desenvolvimento

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais conforme determinado pelo seu estatuto social, e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no estado de Minas Gerais.

Através da celebração de convênios, são formalizadas as transferências de recursos financeiros entre as entidades, com o objeto específico, permitindo a execução de projetos e atividades de interesse público e viabilizando o desenvolvimento econômico.

Uma vez que a Companhia não obterá benefícios diretos através da aplicação destes recursos, os mesmos são registrados como gastos com desenvolvimento no resultado à medida que são incorridos.

						Controladora
Contrato	Descrição	Data do Convênio	Valor do convênio	Valor total gasto até mar/25	31/03/2025	31/03/2024
Convênios (i)					
1380	Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	01/01/2015	11.875	(9.273)	-	-
10953	Trecho Pavão/Águas Formosas	01/05/2020	11.000	(10.000)	-	-
10954	Projeto Pontes	01/05/2020	2.500	(1.495)	=	=
10971	Sistema BIM DER/SEINFRA	19/06/2020	1.830	(1.500)	=	=
11065	Sebrae-MG - Programa Sebraetec	21/11/2020	25.000	(10.000)	=	=
11452	Município de Lagoa Santa	06/11/2023	3.700	(2.350)	-	-
11697	Instituto Mundu	14/10/2024	6.898	(6.628)	=	=
11713	Associação Mineira de Municípios - AMM	07/11/2024	1.000	(500)	(500)	-
11744	SEAPA	30/12/2024	5.025	(2.512)	(2.512)	=
11759	Prefeitura Municipal de Contagem	07/02/2025	5.379			
			74.207	(44.258)	(3.012)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
Contrato	Descrição	Data do Convênio	Valor do convênio	Valor total gasto até mar/25	31/03/2025	31/03/2024
Convênios	(i)					
1000	Companhia Brasileira de Mineração e					
1380	Metalurgia	01/01/2015	11.875	(9.273)	-	-
10953	Trecho Pavão/Águas Formosas	01/05/2020	11.000	(10.000)	-	-
10954	Projeto Pontes	01/05/2020	2.500	(1.495)	-	-
10971	Sistema BIM DER/SEINFRA	19/06/2020	1.830	(1.500)	-	-
11065	Sebrae-MG - Programa Sebraetec	21/11/2020	25.000	(10.000)	-	-
11452	Município de Lagoa Santa	06/11/2023	3.700	(2.350)	-	-
11697	Instituto Mundu	14/10/2024	6.898	(6.628)	-	_
11518	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT	02/04/2024	12.086	(9.800)	(800)	-
11713	Associação Mineira de Municípios - AMM	07/11/2024	1.000	(500)	(500)	_
11744	SEAPA	30/12/2024	5.025	(2.512)	(2.513)	-
11759	Prefeitura Municipal de Contagem	07/02/2025	5.379	-	-	_
11762	Associação Pro-cultura e Promoção das Artes	10/02/2025	11.648	(10.407)	(10.407)	
11763	Instituto Cultural Aurum	12/02/2025	2.586	(2.586)	(2.586)	
11/03	Secretaria de Estado de Cultura e	12/02/2025	2.500	(2.500)	(2.500)	_
11779	Turismo de Minas Gerais - Secult	28/03/2025	14.000	(1.500)	(1.500)	
			114.527	(68.551)	(18.306)	-

(i) Dentre os convênios apresentados acima, o convênio 11065, foi encerrado e não haverá mais repasses e o convênio 10953 está em fase de encerramento. Os demais encontram-se vigentes até a data da apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias.

30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	
Parcerias (i) Recuperações de taxas e despesas Ganho na venda de imobilizado (ii) <i>Impairment</i> de ativos Outras	225 - (914) (129)	(4.081) 489 7.632 (600) 4	246 - (914) (128)	(4.081) 489 7.632 (600) 4	
	(818)	3.444	(796)	3.444	

- (i) Em 2025 os repasses ocorreram a partir do mês de maio, para custeio e manutenção do Invest Minas, conforme art. 2º da Lei 22.287/2016. No primeiro trimestre de 2024 foram repassados R\$4.081.
- (ii) Em janeiro de 2024 foi realizada a venda de um terreno situado no município de Curvelo pelo valor de R\$8.247 com o custo líquido de R\$615, gerando um ganho de capital no total de R\$7.632.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como *benchmark* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices também influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas.

		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	39.081	28.146	87.167	71.627
PIS/COFINS Receita Financeira	(1.883)	(1.345)	(4.245)	(3.443)
Variação monetária ativa	1.412	756	4.110	2.394
Outras	312	(209)	389	(209)
	38.922	27.348	87.421	70.369
Despesas	<u> </u>			
Variação monetária passiva	(392)	(359)	(1.286)	(1.189)
IOF	(12)	(38)	(358)	(523)
PIS/COFINS Juros sobre capital próprio	(496)	(425)	(496)	(425)
Outras	(34)	(26)	(92)	(30)
	(934)	(848)	(2.232)	(2.167)
	37.988	26.500	85.189	68.202

32 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real a alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da operação do nióbio, é tributada na própria SCP. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

dos impostos registrados estão apresentados a segu-		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	213.177	187.103	436.368	375.262
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(72.480)	(63.615)	(148.365)	(127.589)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusão permanente do resultado da SCP Resultado com participações societárias Exclusões/(adições)permanentes e temporárias, líquidas Ativo diferido não registrado (i) Ativo IR/CS Diferido Registrado Passivo IR/CS Diferido Registrado Utilização de prejuízos fiscais	77.640 5.558 (10.718) (972) 972	65.472 1.077 (2.934) - -	144.063 (298) 10.187 10. 718 (1.722) 1.722	115.730 566 5.240 (2.934) - - 2.698
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	<u> </u>		(3.590)	(6.289)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,00%	0,00%	0,82%	1,68%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Em 31 de março de 2025 a Codemge conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$650.922 (R\$632.000 em 31 de dezembro de 2024) e base negativa acumulada de R\$650.922 (R\$632.000 em 31 de dezembro de 2024).

Isso se deve ao fato de que a principal receita da Codemge é oriunda de dividendos recebidos da Codemig e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$1.228.109 (R\$1.210.761 em 31 de dezembro de 2024) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.234.576 (R\$1.217.229 em 31 de dezembro de 2024).

A partir de junho de 2024, o Grupo passou a contabilizar o passivo de IR/CS diferido sobre as despesas com depreciação fiscal nos termos do art. 1º da IN 162/1.998. De outro lado, a Companhia também registrou um ativo de IR/CS diferido no mesmo valor do passivo em razão do prejuízo fiscal acumulado.

		Controladora	Consolidado			
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024		
Saldo inicial 1º de janeiro Imposto advindos de diferença entre depreciação	42.556	8.454	59.754	8.454		
societária e fiscal	972	-	1.722	-		
Imposto relacionado a outros resultados abrangentes	458	(147)	458	(147)		
	43.986	8.307	61.934	8.307		
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	(31.837)		(49.785)			
Passivo de imposto diferido (líquido)	12.149	8.307	12.149	8.307		

33 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantem ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	213.177 205.221	187.103 205.221
Lucro básico e diluído por ação (reais)	1.038,77	911,72

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Cobertura de Seguros

O Grupo avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio e a redução de prejuízos. Além disso, dispõe de um seguro de responsabilidade civil com cobertura para processos judiciais ou administrativos com atos de gestão da Administração.

O Grupo ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pelo Grupo ou que será utilizado em algum projeto relevantes e que tenham valor de mercado superior a R\$1.000.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguem os principais Contratos de Seguros do Grupo:

				Controladora		Consolidado	
Bem Segurado	Tipo de cobertura	Início Vigência	Fim Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual	Importância Segurada	Prêmio Anual
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	05/09/2024	05/09/2025	-	-	214.224	111
Grande Hotel de Araxá Minascentro	Patrimonial (Compreensivo Empresarial) Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	10/06/2024 23/12/2024	10/06/2025 23/12/2025	198.000 113.700	286 20	198.000 113.700	286 20
Thermas Antônio Carlos	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	02/04/2025	02/04/2026	45.500	9	45.500	9
Palace Hotel de Poços de Caldas Expominas BH	Patrimonial (Compreensivo Empresarial) Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	23/12/2024 18/05/2024	23/12/2025 18/05/2025	80.330 250.000	30 78	80.330 250.000	30 78
Palace Cassino de Poços de Caldas	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	15/05/2024	15/05/2025	94.212	34	94.212	34
Parque das Águas Doutor Lisandro Carneiro Guimarães	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	26/03/2025	26/03/2026	61.693	8	61.693	8
Expominas Juiz de Fora	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	02/04/2025	02/04/2026	38.000	13	38.000	13
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	Responsabilidade civil (Processos judiciais, administrativos ou arbitrais que estejam relacionados com os atos de gestão de executivos)	27/10/2024	25/04/2025	25.000	188	25.000	188
Outros	<u>-</u>	-	-	28.883	669	28.883	668
Total				935.318	1.335	1.149.542	1.445

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Eventos subsequentes

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares – Codemig à Codemge

Em abril de 2025, foram deliberados dividendos com base no resultado de março de 2025, no montante de R\$ 197.823. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio no montante de R\$1.785. Os proventos foram totalmente recebidos em maio de 2025.

Em maio de 2025, foram deliberados dividendos com base no resultado de abril de 2025, no montante de R\$ 81.673. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio no montante de R\$1.785. Os proventos foram totalmente recebidos em junho de 2025.

Em junho de 2025, foram deliberados dividendos com base no resultado de maio de 2025, no montante de R\$ 131.179. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio no montante de R\$1.785. Os proventos foram totalmente recebidos em julho de 2025.

Em julho de 2025, foram deliberados dividendos com base no resultado de junho de 2025, no montante de R\$ 55.840. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio no montante de R\$1.785. Os proventos foram totalmente recebidos em agosto de 2025.

Em agosto de 2025, foram deliberados dividendos com base no resultado de julho de 2025, no montante de R\$ 105.326. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio no montante de R\$3.570. Os proventos serão totalmente pagos em setembro de 2025.

(b) Destinação do lucro líquido do exercício social de 2024 - Codemig à Codemge

Em abril de 2025, foi deliberada pela AGOE a distribuição de dividendos referentes ao exercício social de 2024 no montante acumulado de R\$1.732.350. Considerando que desse montante, a Diretoria já havia deliberado pela distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$1.681.302, conforme previsto no Estatuto Social, restou ainda um saldo de R\$51.048 a ser distribuído e pago, sendo que, deste montante, R\$15.315 estava na conta de reserva de retenção de lucros e o restante estava provisionado como dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2024. A Codemge, detentora de 92.022 ações ordinárias, teve direito a R\$26.035. Os proventos foram totalmente pagos em maio de 2025.

(c) Juros sobre capital próprio intercalares Codemge

Em abril e maio de 2025, foram deliberados juros sobre capital próprio no montante de R\$20.000 e R\$7.000, respectivamente. Os proventos serão pagos em maio de 2026.

(d) Dividendos anuais

Em abril de 2025, em assembleia geral, foi deliberada a distribuição de dividendos anuais referentes ao exercício de 2024 aos acionistas da Codemge. O total de dividendos deliberados foi de R\$791.168, sendo que, desse montante, a Diretoria, na forma do art. 8, parágrafo 3° do Estatuto Social da Companhia e ainda de acordo com o art. 204 da Lei nº 6.404/76, já havia deliberado pela distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$52.000 distribuídos ainda no exercício de 2024, ficando com o saldo remanescente a ser distribuído R\$739.168. O Estado de Minas Gerais, detentor de 205.219 ações, teve direito à R\$739.161, enquanto a MGI, detentora de 2 ações, teve direto a R\$7. Os saldos foram pagos em maio e junho de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Destinação de reserva de lucros

Em abril de 2024, em assembleia geral, de acordo com o art. 196 da Lei 6.404/76 foi deliberada a constituição de reserva para retenção de lucros de R\$200.000 nos termos do Orçamento de Capital para aplicação na municipalização de rodovias. Em abril de 2025, também em assembleia geral, os acionistas deliberaram a distribuição dessa reserva como dividendos intermediários. O Estado de Minas Gerais, detentor de 205.219 ações, teve direito à R\$199.998, enquanto a MGI, detentora de 2 ações, teve direto a R\$2. Os dividendos foram pagos em maio e junho de 2025.

(f) Aumento de capital social

Na assembleia geral de abril de 2025 também foi deliberado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$100.000 a serem integralizados através de capitalização parcial do lucro líquido do exercício de 2024. O aumento de capital tem como motivação preservar recursos financeiros para serem aplicados em projetos estratégicos da Companhia e será efetivado sem a emissão de novas ações, considerando ainda que as ações da Codemge não possuem valor nominal. O capital social da Companhia passou a ser de R\$646.845 ainda dividido em 205.221 ações, sendo que o Governo de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações.

(g) Transferência da participação na empresa BiotechTown

Em maio de 2025, a Companhia transferiu suas ações e suas debêntures conversíveis em ações da empresa BiotechTown Participações S.A. para a empresa Fundep Participações S.A., mediante acordo firmado através de Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Debêntures Conversíveis e de Ações da Companhia e Outras Avenças. O referido documento determina, entre outros, que a Companhia terá o direito ao recebimento integral dos valores obtidos com a liquidação da Carteira de mútuos e participações nos termos da cláusula terceira; o direito relativo a royalties pelo período de vinte anos a partir do primeiro resultado positivo do BiotechTown, nos termos da cláusula quinta; e naming rights, também pelo prazo de vinte anos, nos termos da cláusula sétima. Não houve ganho de capital.

(h) Evento de Liquidez na empresa Datora Participações e Serviços S.A.

Em abril de 2025, em razão da ocorrência de um Evento de Liquidez, a Companhia firmou o Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda referente à alienação de sua participação na empresa Datora Participações e Serviços S.A. O contrato original, em sua cláusula 6ª, previa que, sob determinadas condições, o preço de alienação do investimento seria reajustado caso ocorresse um Evento de Liquidez na Datora no prazo de 5 (cinco) anos da assinatura do contrato. Desta forma, a Companhia terá direito ao recebimento de R\$11.709, a serem recebidos em 5 parcelas anuais, sendo a primeira em agosto de 2025.

(i) Amortização FIP Aerotec

Em julho de 2025, foi deliberado pelos Cotistas do FIP Aerotec, a amortização parcial das Cotas do Fundo no valor total de R\$37.459, decorrente do recebimento da segunda parcela da venda das investidas Unicoba (integralmente) e a Xmoboats (parcialmente) para a empresa Spectra. A Codemge, detentora de 140.000 cotas, recebeu o valor total de R\$34.032 referente a esta amortização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Compra equipamentos SCP Água Mineral

Em julho de 2025, a Codemge adquiriu as máquinas e equipamentos usados nas atividades da SCP Água Mineral no valor de R\$5.150. A aquisição do mobiliário se deu em função do distrato da Sociedade em Conta de Participação que será liquidada extrajudicialmente. A dissolução amigável e programada foi em função de um interesse comum das partes.

* * *